

ANO 10 - NÚMERO 129 - JULHO 2025

Distribuição: 15 jul a 14 ago/25

SOCIOAMBIENTAL

SOMOS 99%

POR UM ESTADO ÉTICO, JUSTO E TRANSPARENTE

p. 08

CONSCIÊNCIA NEGRA

Egum: O espírito dos mortos que retorna
p. 20

ECOLOGIA

A Terra como sujeito: uma alternativa jurídica ancestral para a crise climática
p. 22

Sagrado Indígena

Os funerais da Mamã Grande: Rõnõre Akrātikatêjê
p. 44



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba, mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O homicídio contra a mulher (feminicídio), é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

Uma revista pra chamar de nossa

Era novembro de 2014. Primeiro fim de semana. Plena campanha da Dilma. Fim de tarde na RPPN dele, a Linda Serra dos Topázios. Jaime e eu começamos a conversar sobre a falta que fazia termos acesso a um veículo independente e democrático de informação.

Resolvemos fundar o nosso. Um espaço não comercial, de resistência. Mais um trabalho de militância, voluntário, por suposto. Jaime propôs um jornal; eu, uma revista. O nome eu escolhi (ele queria Bacurau). Dividimos as tarefas. A capa ficou com ele, a linha editorial também.

Correr atrás da grana ficou por minha conta. A paleta de cores, depois de larga prosa, Jaime fechou questão – “nossas cores vão ser o vermelho e o amarelo, porque revista tem que ter cor de luta, cor vibrante” (eu queria verde-floresta). Na paz, acabei enfiando um branco.

Fizemos a primeira edição da *Xapuri* lá mesmo, na Reserva, em uma noite. Optamos por centrar na pauta socioambiental. Nossa primeira capa foi sobre os povos indígenas isolados do Acre: *Isolados, Bravos, Livres: Um Brasil Indígena por Conhecer*. Depois de tudo pronto, Jaime inventou de fazer uma outra boneca, “porque toda revista tem que ter número zero”.

Dessa vez finquei pé, ficamos com a capa indígena. Voltei pra Brasília com a boneca praticamente pronta e com a missão de dar um jeito de imprimir. Nos dias seguintes, o Jaime veio pra Formosa, pra convencer minha irmã Lúcia a revisar a revista, “de grátis”. Com a primeira revista impressa, a próxima tarefa foi montar o Conselho Editorial.

Jaime fez questão de visitar, explicar o projeto e convidar pessoalmente cada conselheiro e cada conselheira (até a doença agravar, nos seus últimos meses de vida, nunca abriu mão dessa tarefa). Daqui rumamos pra Goiânia, para convidar o arqueólogo Altair Sales Barbosa, nosso primeiro conselheiro. “O mais sabido de nós”, segundo o Jaime.

Trilhamos uma linda jornada. Em 80 meses, Jaime fez questão de decidir, mensalmente, o tema da capa e, quase sempre, escrever ele mesmo. Às vezes, ligava pra falar da ótima ideia que teve, às vezes sumia e, no dia certo, lá vinha o texto pronto, impecável.

Na sexta-feira, 9 de julho, quando preparávamos a *Xapuri* 81, pela primeira vez em sete anos, ele me pediu para cuidar de tudo. Foi uma conversa triste, ele estava agoniado com os rumos da doença e com a tragédia que o Brasil enfrentava. Não falamos em morte, mas eu sabia que era o fim.

Hoje, cá estamos nós, sem as capas do Jaime, sem as pautas do Jaime, sem o linguajar do Jaime, sem o jaimês da *Xapuri*, mas na labuta, firmes na resistência. Mês sim, mês sim de novo, como você sonhava, Jaiminho, carcamos porva e, enfim, chegamos à nossa edição número 100. E, depois da *Xapuri* 100, como era desejo seu, a gente segue esperneando.

Fica tranquilo, camarada, que por aqui tá tudo direitinho.



Arthur Wentz Silva
Estagiário



Emir Bocchino
Diagramador



Igor Strochit
Diagramador



Janaina Faustino
Gerente Executiva



Lúcia Resende
Revisora



Maria Letícia Marques
Redatora

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: Edição Impressa - 1.000 - 5.000. Envio Eletrônico - 100.000. Circulação: Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.



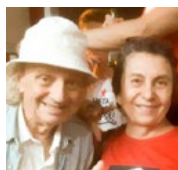
Somos 99 % de pessoas pobres e remediadas, contra 1% de milionários e milionárias, vivendo em um dos países mais desiguais do planeta.

Um país desigual e sob ataque de seu próprio Congresso, inimigo de seu próprio povo, e também de uma "potência do Norte", afeita a impor seus desejos por meio de chantagens, ameaças e tarifas.

Somos, por definição, "mais do que uma revista, um espaço de resistência". Nos somamos, então, neste esforço de luta por um Brasil mais ético, mais justo e mais solidário.

Bom proveito.

Boa leitura



Zezé Weiss – Jornalista
Editora da *Revista Xapuri*

Jaime Sautchuk – Editor (*in memoriam*)

COLABORADORES/AS - JULHO

Antenor Pinheiro – Geógrafo. **Arthur Wentze Silva** – Estudante. **Bia de Lima** – Parlamentar (GO). **Carol Proner** – Advogada. **Dulce Maria Pereira** – Professora. **Eduardo Galeano** – Escritor (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Emir Bocchino** – Designer. **Iêda Leal** – Gestora Pública. **Igor Stochit** – Designer. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **José Bessa Freire** – Escritor. **Henrique Martins** – Jornalista. **Iolanda Rocha** – Educadora Socioambientalista. **Lúcia Resende** – Professora. **Luciane Moessa** – Advogada. **Manuela Cardoso da Cunha** – Antropóloga. **Marcos Zibordi** – Jornalista. **Marcos Woortmann** – Cientista político. **Maria Leticia Marques** – Ambientalista. **Mauro Barbosa de Almeida** – Antropólogo. **Priscilla Rocha** – Advogada. **Ricardo Machado** – Professor. **Rosiene Carvalho** – Jornalista. **Sérgio Augusto Ribeiro** – Ambientalista. **Zezé Weiss** – Jornalista.



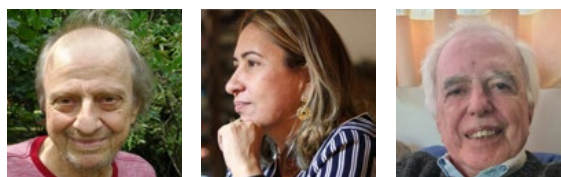
CONSELHO EDITORIAL

Adair Rocha - Professor Universitário. **Adrielle Saldanha** - Geógrafa. **Ailton Krenak** - Escritor. **Altair Sales Barbosa** - Arqueólogo. **Ana Paula Sabino** - Jornalista. **Andrea Matos** - Sindicalista. **Angela Mendes** - Ambientalista. **Antenor Pinheiro** - Jornalista. **Binho Marques** - Professor. **Cleiton Silva** - Sindicalista. **Dulce Maria Pereira** - Professora. **Edel Moraes** - Ambientalista. **Eduardo Meirelles** - Jornalista. **Elson Martins** - Jornalista. **Emir Bocchino** - Arte finalista e Diagramador. **Emir Sader** - Sociólogo. **Gomercindo Rodrigues** - Advogado. **Graça Fleury** - Socióloga. **Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra)** - Poeta. **Iêda Leal** - Educadora. **Jacy Afonso** - Sindicalista. **Jair Pedro Ferreira** - Sindicalista. **José Ribamar Bessa Freire** - Escritor. **Júlia Feitoza Dias** - Historiadora. **Kretã Kaingang** - Líder Indígena. **Laurenice Noleto Alves (Nonô)** - Jornalista. **Lucélia Santos** - Atriz. **Lúcia Resende** - Revisora. **Marcos Jorge Dias** - Escritor. **Maria Félix Fontele** - Jornalista. **Maria Maia** - Cineasta. **Rosilene Corrêa Lima** - Jornalista. **Trajano Jardim** - Jornalista. **Zezé Weiss** - Jornalista.



IN MEMORIAM:

Jaime Sautchuk - Jornalista. **Iêda Vilas-Bôas** - Escritora. **Samuel Pinheiro Guimarães Neto** - Diplomata.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana - Sindicalista. **Eduardo Pereira** - Produtor Cultural. **Iolanda Rocha** - Professora. **Janaina Faustino** - Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** - Eng. Agro. PhD.





Xapuri

SOCIOAMBIENTAL

129 JUL 25

08 **CAPA**
Somos 99%: Por um Estado ético,
justo e transparente

22 **ECOLOGIA**
A Terra como sujeito

15 **BIODIVERSIDADE**
Calendário da floresta segundo
o povo Ashaninka

25 **HISTÓRIA SOCIAL**
Testamento

20 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Egum: o espírito dos mortos
que retorna

26 **CERRADO**
Os sábios saberes do professor
Altair Sales Barbosa

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: “Rio antes”, ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

28 **CULTURA**
O azul e o vermelho: como o Festival
de Parintins defende, exhibe arte e
denuncia a devastação amazônica

36 **POLÍTICA**
O que é um Estado pária?

38 **MEIO AMBIENTE**
Amazônia, rios voadores e a
interdependência das condições de
vida em risco com o PL 2159/2021

41 **LITERATURA**
Ana Maria Gonçalves: primeira
mulher negra imortal da ABL

44 **SAGRADO INDÍGENA**
Os funerais da Mamã Grande:
Rônöre Akrätikatêjê

49 **UNIVERSO FEMININO**
Dilma visionária:
estocar vento é preciso



SOMOS

99%

POR UM ESTADO ÉTICO, JUSTO E TRANSPARENTE

Zezé Weiss com informações de Alberto Cantalice (*Revista Focus Brasil*)
e Eduardo Moreira (Instituto Conhecimento Liberta)

Foi na manhã friorenta da segunda-feira, 7 de julho, que a frustração nacional pela derrubada golpista do IOF, conduzida pelo presidente da Câmara Federal, deputado Hugo Motta, do Republicanos (PB), tomou outro rumo.

De repente, aparentemente do nada, o fundador do Instituto Conhecimento Liberta (ICL), Eduardo Moreira, aparece na tela do ICL Notícias – 1ª edição – e lança o movimento “Somos 99%”, que desde então mobiliza boa parte da sociedade brasileira.

Aparentemente complexa, por defender, ao mesmo tempo, o fim dos supersalários; o fim da farra das emendas secretas; a diminuição dos impostos dos trabalhadores e das trabalhadoras, o fim da impunidade dos deputados, deputadas, senadoras e senadores; e o pagamento de uma parcela justa por parte do 1% mais rico, caiu no gosto do povo brasileiro.

Em poucas horas, o movimento, que também defende uma campanha nacional de divulga-

ção do Portal da Transparência; punições severas para políticos, juizes, banqueiros, militares e empresários que agirem fora da lei; o pagamento das dívidas dos grandes donos de terras e das grandes empresas; e o fim dos subsídios fiscais bilionários para as grandes empresas, tomou corpo. Na noite de 8 de julho, 250 mil pessoas, com identificação por meio do CPT, já haviam assinado o Manifesto do Somos 99%.

No lançamento da campanha, Eduardo Moreira citou dados do relatório da Oxfam, que discute a relação das desigualdades e o poder corporativo global, mostrando que 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população.

Além disso, informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o grupo de 1% dos mais ricos do Brasil tem uma renda média mensal 36,2 vezes maior que os 40% com menores rendimentos. Em relação

aos 10% mais ricos, a diferença foi 13,4 vezes maior.

“Não é de se estranhar que, com tanta moleza, o 1% mais rico do Brasil tenha quase o dobro da riqueza que os outros 99% somados. Dá golpes de bilhões de reais e não vai preso. Deve bilhões de reais e não paga. São donos dos bancos, são donos dos juizes, são donos do Congresso, dos jornais e das terras”, disse Moreira, no vídeo de lançamento da campanha nas redes sociais.

“A gente nunca teve uma força tão grande para enfrentar essa galera”, ressaltou Eduardo Moreira, que citou, durante o programa, a realização do 3º Fórum de Lisboa, evento que ficou conhecido como “Gilmarpalooza”, com mais de 150 autoridades, em Portugal. “Com cuidado e pragmatismo, com a sinceridade de falar exatamente o que a gente está fazendo, a gente resolveu lançar o movimento”, completou Eduardo Moreira.

O movimento complementa o proposto pela *Revista Focus Bra-*



sil, edição #196, de 1 de julho de 2025. Em seu editorial, o jornalista Alberto Cantalice propõe “romper o cerco dos donos da bufunfa e seus aliados”, cujo texto completo reproduzimos abaixo.

ROMPER O CERCO DOS DONOS DA BUFUNFA E SEUS ALIADOS

No Brasil, a perversa concentração de rendas e riquezas nos coloca na vexaminosa posição de uma das dez economias mais desiguais do planeta. Essa concentração vem desde as capitânias hereditárias, na época da colonização, e se espalhou pelo Império, pela República Velha e persiste até os dias atuais.

Incontáveis historiadores, historiadoras, sociólogos, sociólogas, antropólogos e antropólogas identificam a herança da colonização escravocrata por trás das iníquas condições de vida a que parte da população brasileira é submetida.

Os bolsões de pobreza nas áreas das grandes cidades, a ocupação de morros e encostas são frutos da ausência de uma reforma

agrária no período da abolição da escravidão, da derrubada dos cortiços para a modernização das cidades, sem a preocupação de alocar essa população em espaços com um mínimo de condições de habitabilidade.

Esses bolsões de miséria foram engrossados pela grande migração interna. A fuga das áreas de seca e de ausência de trabalho, com a falência da monocultura do açúcar, e a busca por uma vida melhor no Centro-Sul do país movimentaram milhões de brasileiros. Um dos movimentados foi Luiz Inácio Lula da Silva.

Nascido no agreste pernambucano, foi trazido para São Paulo junto com os irmãos por Dona Lindu, na tentativa de recomposição do núcleo familiar, já que seu pai tinha migrado antes.

Lula, tal qual milhões de nordestinos no século XX, viveu as mesmas agruras que sofreram os negros e negras libertos: a ausência de uma moradia digna ou de um pedaço de terra onde pudesse iniciar a vida. Fome, más condições de vida, enchentes e subemprego era o que se apresentava como

panorama para os deserdados da terra no Brasil.

Mesmo a Revolução de 1930, liderada por parte das oligarquias e dos tenentes e tendo como “chefe” Getúlio Vargas, criou a CLT para os trabalhadores urbanos e excluiu os trabalhadores rurais, já que não conseguiu se contrapor à força do agrarismo. Só recentemente, com a Constituição de 1988, conseguiu-se a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social, tendo a União que suportar um grande passivo social, que naturalmente seria uma dívida dos patrões.

O agrarismo, transmutado hoje para agronegócio, cresceu e se tornou a potência econômica que é graças aos financiamentos do Banco do Brasil e à excelência da empresa pública Embrapa: com sua expertise em uso do solo, melhor aproveitamento das sementes e da irrigação.

O tal agronegócio, apesar de representar algo em torno de 5% da economia nacional (podendo chegar a 20% se incluir a cadeia de beneficiamento, agroindústria), controla quase a metade do Parlamento brasileiro. Um contrassenso.

Com lucros exorbitantes e pouco tributo, o setor hoje é um dos grandes investidores no mercado financeiro e de títulos públicos, via aplicações bancárias.

É esse casamento de interesses que transforma a bancada ruralista em defensora intransigente dos interesses do mercado financeiro. É a consagração do “legislar em causa própria”. Foram também setores do “agro” que financiaram a ocupação de portas de quartéis e aluguéis de ônibus para o 8 de Janeiro.

Logicamente, a ramificação do andar de cima não se reduz aos empresários do agro. Os banqueiros, os especuladores da moeda, os donos da jogatina, os operadores de plataformas das big techs, entre outros, é que são os donos da bufunfa. Eles são poucos perante os 210 milhões de brasileiros.

Porém, detêm o poder econômico e tentam, pela manipulação midiática, controlar a narrativa de que o governo é gastador. Esse

discurso mentiroso, confrontado-se com a realidade das isenções tributárias do andar de cima, não para em pé. É contra esses interesses que estamos lutando. Não é pouca coisa!

**“PODE GRITAR E FALAR.
VAMOS CONTINUAR FAZEN-
DO JUSTIÇA TRIBUTÁRIA”**

É também da RFB #196, o texto abaixo, intitulado “Vamos continuar fazendo Justiça Tributária”, sobre o posicionamento do ministro Fernando Haddad.

Ao lado do presidente Lula no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, Fernando Haddad não deixou dúvidas sobre a resposta do governo. “Pode gritar e falar. Vamos continuar fazendo justiça tributária”. A frase resume o tom com que o ministro da Fazenda reagiu à decisão do Congresso Nacional de derrubar o decreto que ajustava as alíquo-

tas do Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

A medida fazia parte do esforço do governo para corrigir distorções e ampliar a arrecadação de forma progressiva, sem penalizar os mais pobres. A revogação imediata provocou reação institucional. No mesmo dia, a Advocacia-Geral da União ingressou com uma ação declaratória de constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para garantir a validade do decreto presidencial.

Segundo o advogado-geral da União, Jorge Messias, a decisão do Legislativo representa riscos fiscais graves e fere o princípio da separação de poderes. O ministro da Fazenda voltou a criticar as brechas que beneficiam setores privilegiados e reafirmou o compromisso com um sistema mais justo.

“No Brasil, o jabuti é órfão de pai e mãe. Ele aparece numa lei para favorecer um grande empresário. Para tirar esse jabuti



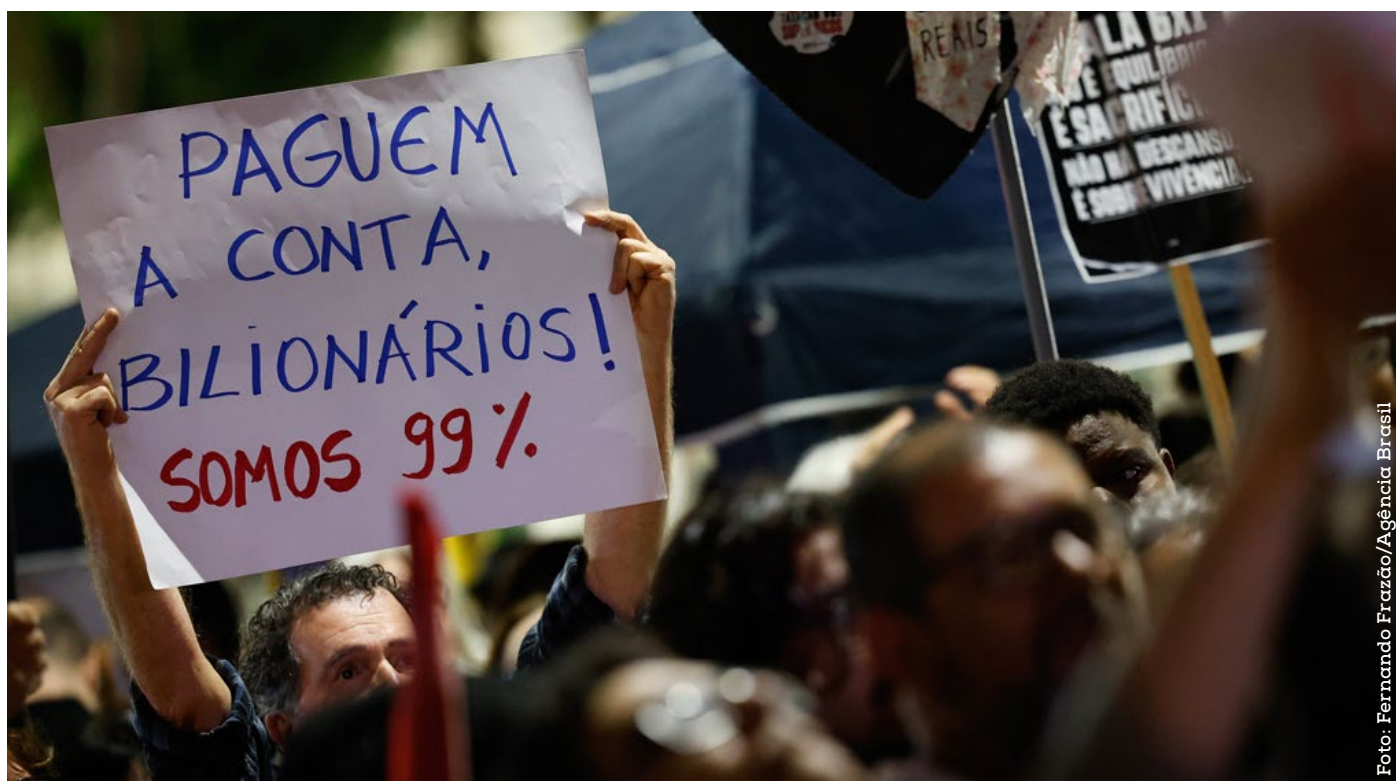


Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

do ordenamento jurídico é um parto”, ironizou.

Haddad refutou o discurso de aumento de impostos. Lembrou que o governo anterior congelou a tabela do Imposto de Renda e penalizou os trabalhadores, ao passo que a atual gestão isentou quem ganha até dois salários-mínimos e propõe ampliar a isenção para até cinco mil reais. “O congelamento da tabela do IR foi o aumento mais cruel de imposto que um presidente pode fazer”.

ARRECADAÇÃO EM RISCO E CORTES À VISTA

Com a derrubada do decreto, a estimativa de arrecadação para 2025 cai para R\$ 12 bilhões. Haddad afirmou que essa receita seria suficiente para garantir o orçamento de políticas públicas sem descontinuidade. Para compensar, o governo prepara o corte de ao menos R\$ 15 bilhões em gastos tributários nos próximos dois anos.

Uma proposta mais ampla, que atingiria benefícios constitucionais, foi retirada após pedido de

líderes do Congresso. O ministro afirmou que os ajustes são necessários para evitar prejuízos à população mais pobre e manter o equilíbrio fiscal.

“Se tivermos o decreto do IOF e a medida provisória que foi encaminhada, isso vai dar conforto para o Brasil. Não para o governo, mas para o Brasil executar seu orçamento”.

CRISE INSTITUCIONAL E DISPUTA POLÍTICA

A ofensiva do governo incluiu ainda um movimento jurídico para preservar prerrogativas do Executivo. “O decreto respeita os limites da lei. Sua derrubada afeta a sustentabilidade fiscal do Estado brasileiro”, disse Jorge Messias.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães, reforçou que o recurso ao Supremo não é um confronto com o Congresso, mas uma defesa institucional. “Respeitamos a decisão, mas o Congresso também precisa respeitar as atribuições do Executivo.”

As redes sociais também se tornaram palco do embate. Vídeos e campanhas associaram

o governo ao aumento da carga tributária. Em resposta, o PT fortaleceu a campanha da “Taxação BBB” (bilionários, bancos e bets) como eixo de sua proposta de justiça fiscal.

Haddad, por sua vez, rebateu declarações do ex-presidente Jair Bolsonaro e destacou os resultados do atual governo. Lembrou que a fome foi drasticamente reduzida e que o Brasil tem hoje a menor taxa de desemprego da história recente. “Essa é a economia que o presidente Lula está construindo para o Brasil.”

RECOMPOSIÇÃO DA BASE E PAUTA ECONÔMICA

O governo mantém articulações para aprovar medidas prioritárias antes do recesso parlamentar. Guimarães informou que buscará alinhamento com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para votar temas como a nova LDO, a PEC da segurança, o PL do Imposto de Renda e o ajuste fiscal.

“Nossa luta é contra a fome. É para que aqueles que não pagam imposto passem a pagar. E jamais

comprometer quem está no andar de baixo”, afirmou Guimarães.

A equipe econômica também prepara a regulamentação da taxação de grandes fortunas e a revisão de incentivos fiscais ineficientes. A prioridade, segundo Haddad, é avançar nas reformas estruturais sem elevar a carga tributária sobre os que menos ganham. “Não é para o governo. É para o Brasil”.

“MANIFESTO SOMOS 99%: POR UM ESTADO, ÉTICO, JUSTO E TRANSPARENTE”

O Brasil precisa de coragem para romper com os privilégios, enfrentar os abusos e devolver o Estado ao povo. Não aceitaremos mais um país em que poucos concentram riquezas e benefícios, enquanto a maioria paga a conta. Chegou a hora de moralizar o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. De construir um Estado ético, justo e transparente. Por isso, propomos as seguintes medidas imediatas e inegociáveis:

✓ Fim dos Supersalários

Exigimos o cumprimento integral do teto constitucional para todos os servidores públicos, sem exceções ou manobras. Chega de “penduricalhos” que transformam cargos públicos em castas de privilégios.

✓ Justiça Fiscal para Quem Mais Precisa

Isenção de imposto de renda para quem ganha até 5 mil reais. E que o 1% mais rico finalmente pague sua parte justa, com taxação de dividendos milionários e combate às estratégias que driblam impostos.

✓ Combate à Corrupção e à Impunidade

Deputados e senadores que roubam, descumprem a lei ou traem a confiança pública devem ser julgados e punidos como



qualquer cidadão. A revisão do foro privilegiado para proteger criminosos é urgente.

✓ **Transparência Radical**

Fim imediato das emendas secretas, com auditoria completa de tudo o que foi gasto nos últimos anos. #somos99 Assine: <https://99porcento.com.br/> O povo tem direito de saber para onde vai cada centavo do seu dinheiro.

✓ **Cobrança dos Grandes Devedores**

Os grandes donos de terras, bancos e empresas que acumulam dívidas bilionárias com a União devem pagar já o que devem à sociedade. Não aceitaremos mais calotes travestidos de "acordos" ou ações judiciais intermináveis.

✓ **Chega de Subsídios aos Já Ricos**

Os subsídios fiscais bilionários para grandes empresas preci-

sam acabar. É hora de investir esses recursos na população, não em privilégios.

✓ **Independência e Imparcialidade no Judiciário**

Definição clara de regras para que magistrados não participem de eventos financiados por entidades privadas que possam comprometer sua imparcialidade. Justiça não se vende, não se aluga, não se corrompe.

✓ **Fiscalização Popular**

Uma campanha nacional de divulgação do Portal da Transparência, para que qualquer cidadão possa fiscalizar os gastos, salários e benefícios de deputados, senadores e membros do Executivo. O povo fiscaliza. O povo cobra. O povo decide.

✓ **O Brasil que Queremos**

Queremos um Brasil onde os impostos sejam justos, onde os

poderosos também paguem a conta, onde ninguém esteja acima da lei, e onde cada centavo público sirva para melhorar a vida da maioria. Este manifesto é um chamado: para quem não aceita mais a desigualdade, para quem não aguenta mais privilégios e corrupção, para quem acredita que o Estado deve servir ao povo – e não o contrário.

Quem quiser aderir ao Movimento deve acessar o site **99porcento.com.br** para assinar o Manifesto.



Zezé Weiss - Jornalista. Matéria construída com base em informações e conteúdo das seguintes fontes:

<https://iclnoticias.com.br/>;

www.fpabramo.org.br/focusbrasil/edicao/focus-brasil-196-haddad-iof-reforma-tributaria/



Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



CALENDÁRIO DA FLORESTA SEGUNDO O POVO ASHANINKA

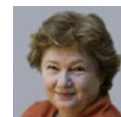
Manuela Cardoso da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida

Julho é a época em que as flores da topa estão se abrindo. Não se caça muito, mas as tocaias são usadas para matar nambus, cotias e porquinhos nos pés de comida.

Época em que se queimam e preparam os novos roçados para plantar: é o melhor tempo para plantar milho.

Pesca-se de mergulho e com arco e flecha neste período de seca intensa.

Os bodes e os caranguejos estão ovados; o medidor deles é a urtiga-da-beira-de-rio: quando ela está com fruta, os bodes estão ovados, assim como os camarões.



Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. *Excerto do livro Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações, Companhia das Letras, 2002.*



Mauro Almeida – Antropólogo. *Excerto do livro Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações, Companhia das Letras, 2002.*

DESIGUALDADE CRUEL, PERVERSA E REAL: 63% DA RIQUEZA DO PAÍS ESTÁ NAS MÃOS DE APENAS 1% DA POPULAÇÃO

Dados do relatório da Oxfam, que discute a relação das desigualdades e o poder corporativo global, mostram que 63% da riqueza do Brasil está nas mãos de 1% da população. A Oxfam é uma confederação internacional que luta contra a pobreza e a desigualdade em mais de 90 países. O relatório foi produzido no ano passado.

Além disso, informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgados em maio pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o grupo de 1% dos mais ricos do Brasil tem uma renda média mensal 36,2 vezes maior que os 40% com menores rendimentos. Em relação aos 10% mais ricos, a diferença foi 13,4 vezes maior.

O rendimento mensal real domiciliar per capita é a média da renda mensal – em valores corrigidos pela inflação – de todos os moradores de um determinado domicílio, dividida pelo número total de pessoas que vivem no local.

Segundo a PNAD, em 2024, o rendimento médio mensal real do 1% mais rico foi de R\$ 21.767, o que revela um aumento de 0,9%

em relação ao valor calculado em 2023 (R\$ 21.579).

A renda média do grupo chegou a R\$ 601, contra os R\$ 550 registrados no exercício anterior, o equivalente a uma alta de 9,3%.

CONCENTRAÇÃO DE ATIVOS FINANCEIROS NO BRASIL

O levantamento também aponta que os 50% mais pobres detêm apenas 2% do patrimônio do país. O estudo traz ainda detalhes sobre o grupo que mais acumula riqueza. Segundo o documento, 0,01% da população brasileira possui 27% dos ativos financeiros.

“Fica nítido que a propriedade de ações e participações, em termos econômicos, reflete uma plutocracia e não uma democracia”, afirma o documento.

Os especialistas destacam também a desigualdade racial. O estudo afirma que, em média, a renda dos brancos está mais de 70% acima da renda da população negra.

“No Brasil, a desigualdade de renda e riqueza anda em paralelo com a desigualdade racial e de gênero. Nossos super-ricos

são praticamente todos homens e brancos”, disse Kátia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil.

Em estudo realizado alguns anos antes, a Oxfam concluiu, a partir da análise do Censo Agropecuário, que apenas 1% das fazendas ou estabelecimentos rurais do Brasil concentra quase metade, 45%, de toda a superfície agrícola da região.

“Temos de um lado poucos grupos que concentram a maior parte das terras, enquanto no outro estão muitas famílias com propriedades muito pequenas. Precisamos enfrentar essa desigualdade que, ano após ano, prejudica o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina”, afirmou na ocasião Katia Maia, diretora executiva da Oxfam Brasil.

Fonte: ICL Notícias





Foto: Tuca Vieira/ Divulgação



Foto: Roberto Stuckert/PR

EDINHO SILVA É ELEITO NOVO PRESIDENTE DO PT

Fábio Pontes

Edinho Silva venceu o Processo de Eleição Direta (PED) do Partido dos Trabalhadores, realizado no último dia 6 de julho, e será o novo presidente nacional.

O processo eleitoral ocorreu com tranquilidade em todo o país, quando os filiados e as filiadas do PT puderam votar para eleger dirigentes municipais, estaduais e a chapa nacional.

Até a noite da segunda-feira, dia 7 de julho, haviam sido apurados 342.294 votos para a presidência do partido. Destes, 239.155 foram para Edinho, o que corresponde a 73% dos votos. Em segundo lugar, ficou Rui Falcão, com 36.279 votos (11,15%); em terceiro, Romênio Pereira, com 36.009 (11,06%); e em quarto, Valter Pomar: 14.006 votos (4,30%).

Em entrevista à comunicação do PT, formada pelo site do PT, Rádio PT, TVPT e redes sociais, Edinho destacou que o PED é um processo muito importante e que revela a grandeza do partido.

“Estamos falando de um PED que vai passar de 400 mil filiados votando. Sem dúvida alguma, só um partido como o PT é que pode realizar um número como esse.

Quero agradecer muito ao Rui Falcão, ao Romênio Pereira e ao Valter Pomar, que participaram comigo deste processo, criaram as condições para que a gente pudesse estar debatendo, dialogando com o partido, melhorando propostas.

Agradecer a nossa militância, nossos filiados, que me deram

este voto de confiança que farei de tudo para honrar. Sou muito grato ao presidente Lula também, pelo voto de confiança. Essa é uma missão que vai exigir muito e estou muito animado para cumpri-la”, afirmou.

Edinho também destacou que uma das bandeiras de sua gestão será a justiça tributária, além de ampliar a atuação do Partido dos Trabalhadores direto na base.

“Quando se estabelece uma desoneração *ad eternum*, está-se penalizando quem compra o pãozinho, o arroz, o quilo do feijão. O Brasil só será justo quando a gente acabar com o privilégio e reduzir a desigualdade. E isso só será feito com a reeleição do presidente Lula...”

O PT tem que revigorar bandeiras históricas. Mais do que nunca o orçamento participativo é atual, os conselhos. O PT tem que entender que tem conselho municipal de saúde, de educação, de segurança alimentar, da diversidade e de combate ao racismo, conselho de cultura, esporte.

Não podemos abrir mão de fazer a disputa das políticas públicas. Não se pode abrir mão da luta pela universalização da educação integral, da segurança alimentar”, disse.

FIM DA ESCALA 6X1

Edinho destacou que o PT deve se voltar para pautas de grande importância para os trabalhadores,

como o fim da exaustiva jornada 6X1, que penaliza os trabalhadores mais pobres, e a adesão ao transporte público gratuito, que deve nortear as políticas públicas.

“O PT tem que ser enfático com a redução da jornada do trabalho, fim da escala 6X1. Tem que ser enfático com um dos maiores problemas hoje, que é o transporte público, que não é gratuito. Esse é o problema grave das cidades brasileiras.

Temos que discutir uma forma de custear, pois se não for assim, nós não estaremos construindo uma sociedade justa e igualitária”, afirmou.

QUEM É EDINHO SILVA

Graduado em Ciências Sociais pela UNESP de Araraquara. Mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar de São Carlos. Filiado ao PT desde 1985. Vereador por Araraquara em 1992 e 1996. Presidente do PT-SP de 2009 a 2013, reeleito com mais de 90% dos votos. Deputado Estadual por São Paulo entre 2011 e 2015. Ministro da Comunicação Social no governo Dilma (2015). Coordenador da campanha de Lula à presidência em 2022. Prefeito de Araraquara por 4 mandatos.

Fonte: <https://pt.org.br/edinho-silva-e-eleito-novo-presidente-nacional-do-pt/>. Matéria publicada em 7 de julho de 2025, data de fechamento desta edição.



EGUM: O ESPÍRITO DOS MORTOS QUE RETORNA

— Marcos Zibordi

Quem não conhece não distingue as inúmeras diferenças entre os rituais religiosos de origem africana no Brasil. Englobados na depreciativa expressão "macumba", geralmente os cultos são interpretados como mera algazarra de batuques, danças, comidas e espíritos incorporados em pessoas vestidas com roupas extravagantes.

O preconceito nega a existência de uma teologia afrobrasileira, tão ou mais complexa que a cristã. Descrever a festa dos eguns, durante a qual o espírito dos mortos visita os descendentes vivos, permite caracterizar e distinguir o ritual entre os vários trazidos da África.

O escritor João Antonio, que presenciou e escreveu sobre a cerimônia na Ilha de Itaparica, notou bem: "Essa festa nada tem a ver com orixás ou com o comum do candomblé. É única".

Tal singularidade tem vários motivos: orixá é representação de forças da natureza, como os raios, o mar ou a floresta; egum é espírito de pessoa morta, geralmente da família. Além disso, o culto aos orixás é corriqueiro, motivo da maioria das cerimônias nos terreiros do país, enquanto a celebração dos eguns é raríssima. Restrita a iniciados, ocorre em poucos locais, como a ilha

de Itaparica e, recentemente, um terreiro de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo.

ASSUSTADORES, INTOCÁVEIS, FATAIS

Nem todos os africanos ritualizavam os eguns. Mas os iorubas, da Nigéria, sim. E eram iorubas muitos dos escravos trazidos para o Brasil. Na África, as sociedades ligadas aos eguns eram dominadas por homens. Aqui também. No entanto, durante muitos anos, Mãe Senhora, importante mãe-de-santo de Salvador, já falecida, realizou rituais de eguns na mesma Ilha de Itaparica.

A vestimenta de egum é decorada com aplicações de tecidos recortados, bordados, miçangas, búzios e espelhos. Ele ganha oferendas de comida, objetos e dinheiro. Além de dar conselhos e fazer previsões, aparece para abençoar o casamento dos descendentes. Nunca mostra o rosto. A fala é rouca, profunda e assustadora.

Para evitar que a entidade se aproxime demais, durante a cerimônia, os vivos a afastam com uma vara, o ixan, de madeira branca sem casca. A mesma vareta serve para invocá-la, quando batida três vezes no chão. João Antonio explica: "Ninguém nem



Foto: DEGAN Gabin/ Reprodução/Wikimedia



chegue perto de um egum. Nem um ojé [iniciado]. Eles matam com suas armas afiadas, adagas, punhais, punhaletes, espadas que brilham. Dos vivos, não gostam. Vai daí, os ojés os dominam usando as varas brancas. Não os dominam, redigo, os amenizam só, assustando. Que um egum ninguém domina".

Por outro lado, quando o egum dança, o vento da roupa é benéfico. Em terra, a ele são dirigidos orikis (rezas) da família: o egum também os ensina aos descendentes.

Segundo Pierre Verger, muitos viajantes e padres que presenciaram o culto de eguns na África confundiram o significado da palavra, para eles sinônimo de "ossada" ou "esqueleto". Alguns registraram a parte descontraída do ritual, realizado em praça pública, quando o egum abandona os panos da vestimenta e assume diversas formas, alegrando o público.

Ocorre o seguinte: ritual de egum é celebração da ancestralidade, da interdependência entre vivos e mortos. Citado por Verger, o padre Godefroy Loyer, diferentemente da maioria de seus contemporâneos, captou direitinho, em 1714: "Eles acreditam que sua alma vai para outro mundo, o qual, segundo eles, situa-se no centro da Terra; que, nesse mundo, ela anima um novo corpo, no ventre de uma mulher; que aqueles que pertencem àquele mundo vêm até este mundo fazer o mesmo. Assim, alternativamente, segundo a crença deles, ora eles permanecem neste mundo, ora no outro".

MORTE É CONTINUIDADE

Na sequência, padre Loyer exagera um pouco, mas, em geral, tem razão ao afirmar que os africanos "acreditam que toda a felicidade e o bem-estar de um homem consistem em ser rico, feliz, poderoso, servido e hon-



Arte: Hector Julio Paride Bernabó

rado neste mundo; assim, o que quer que seja que eles bebam ou comam, derramam um pouco na terra, murmurando algumas palavras, dizendo que dão de comer e de beber a seus pais, mães e amigos que, no outro mundo, fazem o mesmo com eles. E por isso que eles têm do que viver neste mundo."

Em tempo: não confunda Egun, espírito do ancestral, com ogum,

orixá da guerra. O Google confunde: pesquise pelo primeiro e ele perguntará se você quer o segundo. É que ainda não chegamos à era das máquinas espirituais.



Marcos Zibordi - Jornalista e Professor, em *Os Negros*, Coleção Caros Amigos, sem data, citando como fonte: ANTONIO, João. *Abraçado ao*

Meu Rancot, texto "Eguns", São Paulo, Cosac&Naify, 2001.



A TERRA COMO SUJEITO: UMA ALTERNATIVA JURÍDICA E ANCESTRAL PARA A CRISE CLIMÁTICA

Priscilla Rocha

Em 28 de maio de 2022, na cidade do Recife, mais de 70% do volume de chuvas esperado para todo o mês de maio foi registrado em menos de 24 horas. Os principais meios de comunicação do país noticiaram a maior tragédia ambiental de Pernambuco dos últimos 50 anos, causando mais mortes e danos desde 1975.

De acordo com o Atlas dos Desastres do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, o desastre climático causou 124 mortes, mais de 117 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas e prejuízos superiores a um bilhão de reais.

O que ocorreu em Recife é um dos diversos exemplos que se repetem de norte a sul do Brasil e em ou-

tras partes do mundo. Os impactos climáticos decorrentes do aquecimento global de 1,1°C desde a era pré-industrial (1850) são evidentes.

Em dezembro de 2021, o litoral sul da Bahia enfrentou uma situação semelhante, com dezenas de mortos e centenas de desabrigados. No ano seguinte, em 2022, fortes chuvas em Petrópolis, no Rio de Janeiro, resultaram em 20 mortes.

Os eventos climáticos extremos foram também identificados nos continentes asiáticos, africanos e na América do Norte. Secas, estiagem e queimadas atingiram níveis mais críticos do que em anos anteriores.

Em 2023, chuvas extremas no município de São Sebastião, no litoral

norte de São Paulo, causaram a morte de 61 pessoas. No mesmo ano, os rios da Bacia Amazônica enfrentaram uma seca histórica. Em 2024, secas e queimadas continuaram a assolar a Amazônia e o Pantanal, enquanto uma enchente histórica no Rio Grande do Sul resultou em mais de 178 mortes e milhares de desalojados.

Os Estados, o sistema de justiça e os poderes Legislativo e Executivo não estão preparados e se recusam a assumir responsabilidade pelas mortes e a mitigar as consequências para a população mais vulnerável: famílias desabrigadas, comunidades ilhadas, níveis hídricos alarmantes, temperaturas elevadas e um sentimento de desesperança diante de

um problema global causado pela degradação da Terra.

Essa degradação tem suas raízes em uma visão colonial de exploração ilimitada da natureza. Os efeitos do Antropoceno aproximam-se de uma escala irreversível, e os esforços internacionais e nacionais não têm sido capazes de retardar ou mitigar suas consequências.

Diante dessa realidade apocalíptica, Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo*, publicado em 2017, critica diretamente o conceito de desenvolvimento sustentável e reforça o distanciamento entre o homem e a natureza. Ele sustenta que o nosso lugar no mundo não deve ser centralizado apenas na raça humana, que outras formas e compreensões de vida devem ser respeitadas, propondo, assim, um afastamento da visão puramente antropocêntrica.

No livro, Krenak nos apresenta o modo como sua comunidade compreende a natureza. Ao falar de uma serra próxima à sua comunidade no Rio Doce, menciona: "(...) Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade (...)".

Ele expõe os ritos e a experiência dos povos andinos do Equador e da Colômbia, que cultuam a terra, e dos povos massais, no Quênia, que possuem regiões territoriais inteiras consideradas sagradas e que mostraram resistência às tentativas da colônia inglesa de transformá-las em um parque.

A resistência milenar das violências coloniais nos dá um caminho para enfrentar os problemas causados pela exploração capitalista. É necessário escutar as vozes de quem sempre conviveu com a natureza, defendendo-a, preservando-a e compartilhando sua vida com ela.

A desesperança com o futuro é algo sentido e vivido na nossa geração, diante das preocupações reais, da capacidade da Terra em sustentar as formas de subsistência vital, principalmente daqueles que não estão nos grandes centros de poder econômico, daqueles que têm sua existência encarada como

descartável – os habitantes das "Zonas de Sacrifício".

Em um contexto internacional, o termo "Mãe Terra", ou *Pachamama*, ganhou popularidade nas décadas de 1980 e 1990 no Equador e na Bolívia, impulsionado pela mobilização popular de povos indígenas e camponeses na América Latina, conhecida como Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

Esse movimento reivindicava o reconhecimento de uma diversidade de interpretações jurídicas, que respeitasse as cosmovisões das comunidades originárias, em resposta às violações de direitos promovidas por empresas extrativistas (mineradoras e petroleiras) em seus territórios, sob a justificativa do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto de forte mobilização popular e possibilidade de alteração constitucional, com atenção à plu-

ralidade de visões e cosmovisões, o Equador (2008) e a Bolívia (2009) reconheceram nas suas constituições a importância da harmonia com a natureza e a necessidade de sua proteção em nível nacional. Juridicamente, esse reconhecimento ficou conhecido como *Direitos da Natureza*, ou seja, a natureza como sujeito de direitos e não como objeto, detentora de personalidade e necessidade de proteção equiparada à do ser humano.

Os *Direitos da Natureza* representam uma subversão do Direito Ambiental tradicional, transferindo a proteção e representação do meio ambiente do Estado e das instituições governamentais – que frequentemente defendem interesses empresariais – para as comunidades que vivem em harmonia com a natureza.

Essa interpretação reconhece a Terra como detentora de direitos que



Foto: Vitor Nisda

devem ser protegidos legalmente, garantindo que as gerações presentes e futuras possam desfrutar dela. O objetivo é impedir que o desenvolvimento humano e o crescimento econômico justifiquem a destruição de nascentes, florestas, rios e outros recursos naturais.

O Direito, no entanto, tem sido usado como ferramenta por aqueles que detêm poder: empresas privadas, agronegócio e grandes corporações, com seus lobbies e escritórios de advocacia, todos voltados para o extrativismo que serve aos interesses capitalistas. Essa exploração desenfreada destrói recursos naturais, persegue e assassina povos originários, comunidades tradicionais e defensores do meio ambiente.

Um dos objetivos da estratégia jurídica dos Direitos da Natureza é conceder legitimidade aos verdadeiros defensores da natureza – povos indígenas, comunidades tradicionais (quilombolas e ribeirinhas) e organizações da sociedade civil – para representar a natureza e seus direitos, constantemente violados por aqueles que deveriam protegê-la.

Atualmente, essa nova interpretação está sendo implementada na legislação de alguns países. No Equador e na Bolívia, ela foi incorporada às constituições. Na Nova Zelândia, em

2017, o Rio Whanganui foi reconhecido como sujeito de direitos, seguido pelo Monte Taranaki, em 2025.

No Brasil, há iniciativas semelhantes. Em 2017, o município de Bonito (PE) incluiu essa visão em sua Lei Orgânica. Outras cidades brasileiras também possuem iniciativas semelhantes, como Paudalho (PE), Cáceres (MG), Florianópolis (SC), entre outras.

No âmbito Federal, a deputada Célia Xakriabá (PSOL-MG) e o Partido Verde apresentaram propostas de Emenda à Constituição (PEC) para o reconhecimento da natureza como sujeito de direitos.

O modelo de implementação e gestão dos Direitos da Natureza no Brasil segue o modelo neozelandês, que sugere a criação de um “comitê guardião”. Esse comitê é formado majoritariamente por pessoas da comunidade que se relacionam diretamente com o Ser natural, possibilitando que as comunidades tradicionais – que, em sua maioria, são compostas por mulheres e pessoas periféricas que possuem uma relação intrínseca com o meio ambiente em diversas esferas: emocional, religiosa e econômica – tenham direito à voz, gestão, fiscalização e deliberação sobre possíveis violações ou alternativas de restauração do Ser natural impactado.

O conhecimento ancestral e as cosmovisões indígenas possuem o compromisso de rompimento com a dominação colonial, que está empenhada na destruição da terra, dos seres vivos e consequentemente dos seres humanos.

A interpretação subversiva por meio da compreensão da Mãe Terra como um ser vivo desloca para a centralidade a necessidade da participação ativa e deliberativa da comunidade que historicamente ocupa o território, ou seja, terra e povo intrinsecamente interligados, e são eles os detentores de sua representação, já que possuem uma relação direta com o Ser natural.

Esse formato de interpretação jurídica pode parecer distante e, atualmente, apresenta diversas dificuldades e críticas em sua implementação nos países que o adotaram. No entanto, é uma alternativa, um movimento de fé e esperança no futuro e principalmente de respeito e escuta ao conhecimento, à tecnologia ancestral dos povos e das comunidades tradicionais, que continuam defendendo e resistindo, articulando e encontrando estratégias para a preservação e continuação da vida.



Priscilla Rocha – Advogada e Pesquisadora.

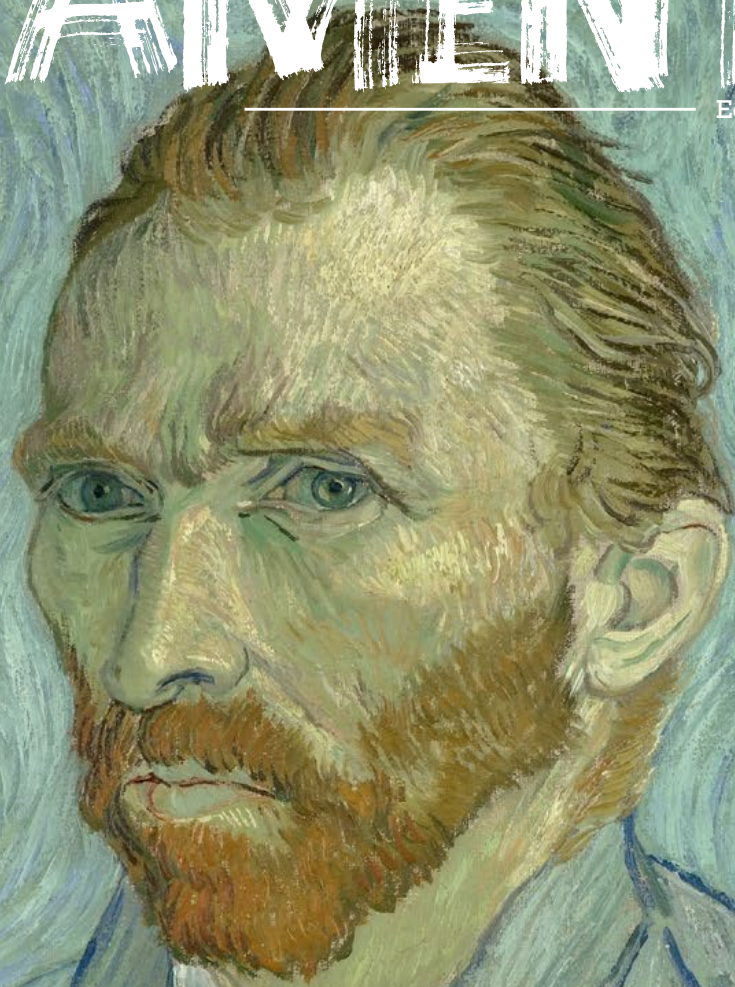
Fonte: www.geledes.org.br/





TESTAMENTO

Eduardo Galeano



Em 1890, em carta ao seu irmão, Theo, Vincent van Gogh escreveu:
– *Que sejam meus quadros os que digam.*
E se matou no dia seguinte.
Seus quadros continuam dizendo.



**Eduardo Galeano
(1940-2015)** - Escritor,
em *Os Filhos dos Dias*.
Editora L&PM, 2012.

OS SÁBIOS SABERES DO PROFESSOR ALTAIR SALES BARBOSA

Ricardo Machado

Altair Sales Barbosa é um desses homens raros, de outro mundo. De estilto discreto e nada performático, munido apenas de uma caneta Bic azul, milimetricamente ajustada à lateral esquerda do bolso da camisa, sentou-se à mesa como conferencista e, por mais de uma hora e meia, falou como um sábio, sem apresentações digitais, nem anotações, apenas com a força da memória, cujas informações e profusão de dados vêm ao fechar brevemente os olhos.

“Não se pode mais ver o universo na curvatura de Euclides ou mesmo de Einstein, precisamos mudar os paradigmas, mas não sabemos exatamente para qual paradigma. O certo é que o homem tem que se transformar, porque já batemos a cabeça na parede”, provoca Altair.

Arraigado intensamente às complexidades da teia da vida, o professor falou para um público seletivo e atento que assistiu a conferência “O Sistema Biogeográfico do Cerrado, as comunidades tradicionais e a cultura”, evento que integrou a programa-

ção da 14ª Páscoa IHU – Biomas Brasileiros e a teia da vida, na sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU, na noite de 16 de maio de 2017.

Ao debater o Cerrado, região que conhece como intelectual e como sábio, afinal além da formação acadêmica nasceu no interior baiano, ele chama atenção para a precariedade dos dados oficiais sobre a região. “Geralmente os índices oficiais do Cerrado têm dados diferentes da realidade concreta.

Normalmente isso é feito por meio de imagens aéreas, que não correspondem ao estado interior do bioma, que é a condição que determinará a possibilidade de armazenamento das águas”, explica o professor.

Uma das especificidades do Cerrado é que, do ponto de vista amplo, ele é formado por um gradiente rasteiro de plantas, e também por áreas sombreadas com matas, formando pequenas regiões com maior umidade. Outro aspecto importante é que o Cerrado

fica geograficamente no centro de vários sistemas biogeográficos, servindo como uma espécie de fiel da complexa balança ambiental brasileira.

“No Brasil temos sete grandes matrizes ambientais, da Amazônia às coxilhas no Sul do país. No centro de tudo isso, quase como contribuindo para o equilíbrio entre eles, situa-se, nos chapadões do Brasil, o Cerrado. Caracterizado por um gradiente vegetal super variado, passando por vários subsistemas”, pontua o professor. “Os rios do Cerrado são permanentes e de água cristalina, responsável por muitas bacias da América do Sul”, pontua.

A SENSÍVEL TEIA DA VIDA

De acordo com Altair Sales, o Cerrado é o mais antigo ambiente da história recente da Terra, que conta 65 milhões de anos. Além disso, é um bioma de sin-



tonia fina, de sutilezas sensíveis da teia da vida. “O início do Cerrado data do período Cenozoico, há 65 milhões de anos, tendo sido concretizado há 45 milhões de anos. Isso significa que o Cerrado já atingiu seu clímax evolutivo, é um ambiente que uma vez degradado jamais se recuperará na plenitude de sua biodiversidade”, adverte o pesquisador. “Quando os políticos dizem que farão a transposição do São Francisco e a revitalização do Cerrado trata-se de um projeto impossível, porque não tem como recuperar os impactos. Das 13 mil plantas deste bioma só existe a possibilidade tecnológica de reprodução em estufas artificiais de 180 espécies”, alerta.

O Cerrado já atingiu seu clímax evolutivo, é um ambiente que uma vez degradado jamais se recuperará na plenitude de sua biodiversidade. Para se ter uma ideia do que isso significa, a semente do Araticum só brota e cresce depois de passar pelo intestino de um desses três animais: o cachorro do mato, a raposa e o lobo guará, (todos eles ameaçados de extinção).

Outro exemplo da complexidade do Cerrado é o Buriti, que, segundo explica o professor, “vai atingir sua fase adulta e reprodutiva e, portanto, só poderá contribuir ecologicamente por volta dos 500 anos, enquanto o capim-barba-de-bode só chega à fase adulta por volta dos mil anos de idade”.

BERÇO DAS ÁGUAS

O Cerrado não é somente uma fonte de inestimável riqueza biológica e ecológica, mas também um local fundamental às grandes bacias hidrográficas brasileiras. “As bacias do Parnaíba, com as águas que vão para o Norte, e do Paraná, com as águas que vão para o Sul, nascem no Cerrado”, destaca o professor.

No entanto, o crescimento da produção agrícola de alta esca-



Foto: Ricardo Machado/IHU

la pode transformar o berço da vida em vale da morte, devido às políticas públicas implantadas no Brasil a partir da década de 1970 e que passaram a se intensificar nos anos 1990, com a globalização. Não existe mais área de recarga para nossos aquíferos.

“Para plantar soja na época da chuva é preciso deixar o solo durante seis meses sem nada. E isso causa uma espécie de ‘cimentação’ da terra. Então, quando chove, a água não permeia o solo, porque fica empoçada e evapora antes de penetrar nas camadas mais profundas.

Com isso, não existe mais área de recarga para nossos aquíferos”, lamenta Altair. “Isso ocorre em função de uma matriz territo-

rial implantada no Brasil a partir dos anos 1970, conduzida por grandes corporações mundiais, que não têm compromisso nem ambiental, nem cultural e muito menos com os interesses populares”, frisa o conferencista, ao alertar que chegamos ao fim da linha do paradigma extrativista predador e que wseguir em frente é bater a cabeça contra a parede.

Ricardo Machado – Professor, em <https://eduzezimbra.wordpress.com/2017/05/18/saberes-do-cerrado/>

NOTA DA REDAÇÃO: Embora a matéria seja de 2017, seu conteúdo traz muito do que aprendemos com Altair Sales Barbosa, ao longo desses 10 anos de existência da Revista Xapuri.

O AZUL E O VERMELHO: COMO O FESTIVAL DE PARINTINS DEFENDE A FLORESTA, EXIBE ARTE E DENUNCIA A DEVASTAÇÃO AMAZÔNICA

Rosiene Carvalho, dos varadouros de Parintins

"Oh, brilho do sol, não deixe os Andes chorar. Não deixe, não. Quando os Andes choram, vai ter cheia grande. Aí, o povo vai penar. Mas eu te imploro piedade para o povo que mora na beira do rio ..." Os versos da toada do Bumbá Caprichoso, que

descrevem o comando das águas sobre a vida da população com a cheia e seca dos rios na Amazônia, são de 1988.

Esses versos fizeram parte do LP e da apresentação do Festival Folclórico de Parintins na toada "Maromba"

- nome das construções de madeira onde os animais

ficam suspensos no período das inundações nas cidades da região. Na época, apenas a percussão era o envoltório das letras que versavam o cotidiano dos compositores.

Hoje, as bandas se apresentam na competição anual com verdadeiras orquestras que têm como palco Parintins, cidade em forma de ilha a 369 quilômetros de Manaus, no baixo rio Amazonas.

As agremiações folclóricas Caprichoso e Garantido evoluíram da brincadeira de rua para um espetáculo de múltiplas artes, ao vivo e ímpar, em quase 60 anos de festival. As toadas, que contam, cantam e denunciam a rotina na Amazônia a partir de seus próprios poetas e artistas, deram o ritmo das mudanças.

"A toada, na sua essência, é uma música de melodia simples. As mais antigas tinham três estrofes, três acordes. Era de roda, não havia cantor, todos da roda cantavam. Outro momento: voz, percussão e palminha (instrumento de madeira usado nas palmas das mãos).

E é uma representatividade cultural inserirmos nossas temáticas dentro da brincadeira. Temos muitas toadas dos

dois bois com esse apelo à preservação e ao que estamos vivendo", declarou o compositor de Maromba, Neil Armstrong, que há 35 anos é produtor musical do Caprichoso.

A cidade vive da rivalidade entre os bumbás vermelho (Garantido) e azul (Caprichoso). O confronto se dá pela mistura de arte, tradição e inovação avaliada por jurados especializados.

Este ano foi a 58ª edição da disputa. Nos dias de festa de boi, a ilha tupinambarana – como também é chamada – dobra a sua população com turistas que chegam de avião e pelos rios.

No ano seguinte ao “Maromba” do boi azul, o Garantido gravou toada em homenagem ao seringueiro Chico Mendes, assassinado a tiros de espingarda aos 44 anos no quintal de sua casa em dezembro de 1988, no município de Xapuri (AC).

O ambientalista denunciava agressões à floresta e aos seringueiros. “Sou a árvore, a esperança, sou a estrela maior, sou a própria natureza”, diz a letra.

A toada é de Fred Góes, 77 anos, nome histórico no festival e na integração dele com a Amazônia. Fred é o atual presidente do boi-bumbá Garantido. Na década de 1970 saiu de Parintins para estudar jornalismo em São Paulo e, nos anos 80, formou bandas com artistas de várias nacionalidades da América Latina.

Voltou para Parintins cheio de ideias e com instrumentos de cordas andinos como o cuatro venezuelano e o charango. Inicialmente rejeitado pelos mais velhos, o charango se tornou instrumento padrão base para a melodia das toadas compostas hoje.

“Quando cheguei em Parintins, tive muito cuidado para não parecer que eu queria ser o bam bam só porque vinha de banda de fora. E também porque tinha um preconceito muito grande no boi com harmonia (combinações de sons e instrumentos para arranjos musicais). Não se podia falar em violão. Fomos quebrando essas barreiras”, conta Fred Góes.

No Caprichoso, o odontólogo da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), formado em antropologia, Ronaldo Barbosa, 71 anos, batalhou para convencer que a vivência em terras indígenas poderia ser parte do boi na Amazônia.

Teve de ser persistente. A primeira tentativa ocorreu em 1979 e continuou ao longo de toda a década de 1980. Além de mudanças na estrutura e vocabulário das toadas com palavras de línguas indígenas, o compositor trazia violão e uma batida

diferente para as canções tradicionais. Como resposta, recebeu risos: “aquilo não era toada”.

Apenas em 1993, o compositor conseguiu emplacar a toada Yamã com o verso “Flautas que exaltam Tupã”. Daí para a frente, Ronaldo Barbosa virou marco e referência nas composições.

O festival incrementou itens inspirados na representatividade indígena com apresentações no formato folclórico de rituais e lendas dos povos originários na arena. Mais de uma centena de toadas históricas sobre a Amazônia tem assinatura de Ronaldo em cerca de 30 anos como compositor do Caprichoso.

“As toadas do Ronaldo Barbosa apresentaram a necessidade de outros instrumentos para cantar a temática amazônica. Cordas, metais. Fomos pensando. É indígena, vai ter que ter uma flauta, um tambor indígena. Desde essa época, a gente tenta chegar o mais próximo possível dos temas através dos instrumentos musicais”, explicou Neil Armstrong.

Barbosa também compôs sobre a fauna amazônica como em o “Ritual da Vida”, cuja letra conta como na natureza a morte é necessária “para a vida continuar”. E fez versos sincronizando



o deslocamento do ribeirão pelos rios com sua resistência frente às dificuldades que o cercam em "Saga de um canoero": *"Teu corpo cansado de grandes viagens, tuas mãos calejadas do remo a remar. O porto distante, o teu descansar"*.

Em 1996, nos versos e na melodia da longa introdução acústica de "Rio de Promessas", Ronaldo convida a olhar de onde o caboclo nutre sua esperança e força: *"Eu sou esse rio, esse sol, essa terra. Sou parte da selva, ela é parte de nós"*.

"A Amazônia é uma janela e quando você abre essa janela, a cada dia, essa Amazônia está diferente. É como se fosse uma tela pintada por obra e amor do Criador. Basta você olhar", explica o compositor Ronaldo Barbosa. Neste ano, ele emplacou mais três toadas no álbum do Caprichoso. Uma delas sobre a lenda de Yurupari, figura mítica de legislador dos povos do alto rio Negro.

A escalada das queimadas em toda a Amazônia Legal assustou o mundo com a floresta virando fumaça e chegando aos grandes centros urbanos da América Latina.

"Lamento de raça", um clássico em forma de profecia do compositor do Garantido Emerson Maia, descreveu o drama assim, em 1997, e voltou à arena na apresentação deste ano: *"O meu*



Foto: Alex Pazuello/Secom/AM.

pé de sapopema, minha infância virou lenha. Lá se vai a saracura correndo dessa quentura. Lá se vai onça-pintada fugindo dessa queimada. Meu rio secou, pra onde vou?".

Em 2003, com "Santuário Esmeralda", o Garantido repetiu o manifesto: *"Teus santuários ecológicos, teus sublimes mananciais, murmuram uma triste oração, a nossa fauna corre o risco de extinção"*.

Em 58 anos, os bumbás Garantido e Caprichoso também levaram para a arena de suas competições a história da Amazônia quaternária,

pré-colonial, as invasões nas perspectivas dos povos originários com a dizimação de etnias declamadas nos versos de "Nações Extintas", do compositor do bumbá Garantido Sidney Rezende. *"Um dia chegou caos e cruz. Sem-terra, sem-teto, sem-chão, sem-alma, sem-rota, nação"*.

Rezende, mineiro de nascimento e parintinense de coração, foi o responsável por introduzir harmonia no festival folclórico de Parintins. Morreu em 2022 e é reverenciado pelos artistas dos dois bois.

"Aqui na Amazônia nossa memória afetiva é regada a uma variedade de coisas. Chico Buarque diz que 'o Brasil não conhece o Brasil'. E o Brasil não conhece a Amazônia. Não conhece. Nós temos uma maneira diferente de encarar a relação humana", afirma Fred Góes.

O ritmo parintinense diversificou seus compositores e acolheu toadas propostas por sambistas que conheceram o festival e se inspiraram na Amazônia. Jorge Aragão é um exemplo e o descreveu assim em toada pelo Garantido de 1997 tocada na arena: *"O céu derrama o véu da noite num abraço. Se a minha lágrima rolar, entrego às águas"*.



Foto: Alex Pazuello/Secom/AM.



CRÍTICAS E CONTRADIÇÕES

O festival, que tem como fonte de inspiração dos artistas a preservação da Amazônia e seus povos e os usa como marca, carrega no histórico críticas. Por exemplo, dos próprios indígenas pela generalização da imagem, por ser realização do Governo do Amazonas e, nos últimos anos, o patrocínio da Eneva, empresa que atua na exploração e produção de petróleo e gás natural no bioma.

O governo estadual é favorável à mineração em terra indígena, na região de Autazes. A empresa é questionada judicialmente por explorar gás natural com impacto em uma aldeia, em Silves.

Nos dois casos, contra o povo Mura, cuja história entrou na arena em festivais anteriores como recurso folclórico no espetáculo do Caprichoso, mas hoje os Mura não são acolhidos para denunciar as violências em seus territórios. O festival abre microfone para indígenas de outros estados que não confrontam os patrocinios.

A evolução do festival da brincadeira de rua para espetáculo também é crítica frequente. O filósofo e jornalista Neuton Correa afirma que houve uma adequação do evento para uma cultura de massa e de mídia.

Segundo ele, isso levou a toada a romper as barreiras do Brasil e ser consumida na Europa com o sucesso do hit “Tic, Tic, Tac”, da banda Carrapicho, uma das centenas de toadas que declara amor à exuberância do rio Amazonas. “As barrancas de terras caídas fazem barrento nosso rio mar”.

O jornalista é parintinense e criador de um programa de toadas na internet (#Toadas), que retomou o gosto pelo ritmo em Manaus há cerca de oito anos, após um período de menor engajamento do ritmo no seu principal público consumidor.

“Tivemos um momento de incompreensão sobre o festival. O governador da época entendia o evento como festa, brincadeira, desperdício de dinheiro público. Não é isso. O festival é um produto responsável por aquecer fortemente a economia da cidade. Nosso programa mostrou isso, ligando o evento à vida de Parintins.”, avaliou Neuton.

ECONOMIA E ARTE

As toadas esquentam o público para o festival, que é um motor da economia e um caminho para a cidade viver do turismo. De outubro a março, fora do período festivo, ocorre a temporada de navios. Mas é em junho que Parintins pulsa turismo.

De acordo com a Prefeitura de Parintins, os turistas, no festival, movimentam cerca de R\$ 150 milhões na cidade. Os governos estadual e federal e patrocinadores como Eneva e Coca-Cola incrementam recursos. Em 2025, cada agremiação recebeu em torno de R\$ 20 milhões.

O jornalista Neuton Correa argumenta que alguns críticos avaliam o festival como se fosse exaltação ao boi de corte em plena Amazônia e não compreendem que é justamente o contrário.



"Parintins tinha como fonte da economia a criação do boi de corte e fez uma escolha pelo boi de pano. Eu diria que o boi de pano é um elemento de preservação da floresta, a arte dos artistas da terra é a real proposta de desenvolvimento sustentável com uma cadeia de emprego e renda mais densa. Toda a cidade vive dessa economia, triciclos, frente de carros, barcos, hotéis, restaurantes, banquinhas. É uma cadeia muito grande e sem destruir a floresta".

A reportagem solicitou resposta do Governo do Amazonas, da Eneva e dos bumbás Garantido e Caprichoso, mas não recebeu até a publicação desta reportagem.

TOTEM

O sociólogo e membro do Conselho de Artes do Boi-Bumbá Caprichoso, Márcio Braz, afirma que a antropologia explica a relação, para além da economia e cultura. "Há uma relação totêmica nos

bumbás de Parintins. Cada boi possui um conjunto de insígnias e práticas rituais que fortalecem suas respectivas comunidades, autoidentificadas por eles como "povo", "nação" ou "torcedores".

"O boi tem uma importância significativa para o parintinense. Ele estrutura muitas das relações sociais e parentesco entre os ilhéus, formada por uma rede de parentes e amigos estabelecidas devido a torcida por um boi ou outro. Além, claro, das questões econômicas e políticas, onde são dois os grupos de eleitores, duas logomarcas a serem inseridas nos produtos comerciais, duas cores de estabelecimentos bancários etc."

"Os torcedores são absolutamente fanáticos pelas suas agremiações. Demonstrem sua paixão o ano todo nas redes sociais, nos currais dos bois, e onde mais tiver a presença de Caprichoso e Garantido.

O torcedor sempre estará onde o boi estiver, com sua camisa azul ou vermelha, seu braço e

sua bandeira, pronto pra cantar e vibrar com seu boi".

Nas palavras de seus artistas, a definição vira poesia. Adriano Aguiar do Caprichoso lê assim a paixão e a relação do bumbá em Parintins: *"Sou a arte, a fé dessa gente. A essência de brincar de boi. Sou a cultura popular. Nosso folclore tem a cara desse povo mais feliz, é"*.

Os compositores Enéas Dias e Arisson Mendonça, na toada do Garantido "Miscigenação", de 2011, definem o boi da Amazônia como ritmo "quente, amazonense", que apaixona para além da floresta: *"Sou a cadência eternizada na toada, a poesia de um amor que se transforma em um som que vem da alma... E faz o mundo inteiro amazoniar"*.



Rosiene Carvalho – Jornalista.
Fonte: Varadouro – Um Jornal das Selvas: <https://ovaradouro.com.br/o-vermelho-e-o-azul/>



Foto: Sec/AM



A PEQUENA SILENCIOSA

Antenor Pinheiro, especial de *Langelinie*, Copenhague, Dinamarca

Ela não está no centro da cidade, mas à beira da curva da costa onde o Mar Báltico se debruça como quem sussurra promessas e não as cumpre. A Pequena Sereia, feita de bronze parece sal, névoa e memória, e guarda um lugar que não é dela. Veio do mar, mas não pertence mais a ele. Veio por amor, mas não foi correspondida, e hoje permanece como símbolo, a saudade daquilo que se perdeu ao tentar ser outra coisa. Copenhague a rodeia com sua delicadeza

nórdica: canais silenciosos, o tremor suave das bicicletas, os telhados que mudam de cor com o céu. Mas ela olha para longe, não para o visitante que a vislumbra ou o navio que singra as águas do porto da cidade. Olha para o azul que engana, para o horizonte onde ninguém a espera. É uma estátua feita de geografia: rocha, água, vento, exílio. Um corpo entre continentes, entre o que era e o que quis ser. E ali, no ponto em que terra e mar negociam o silêncio, ela repousa. Alguns a acham pequena demais, outros a julgam triste, feito a dor sobrevivente dos países frios: sutil, firme, lírica. A sereia é mapa de uma ausência porque não canta mais. É o eco daquilo que perdeu e que ainda ressoa entre as gaivotas, e na maré que nunca para de voltar junto dos passos humanos lentos que dela se aproximam.



Antenor Pinheiro –
Geógrafo. Membro do
Conselho Editorial da
Revista Xapuri.

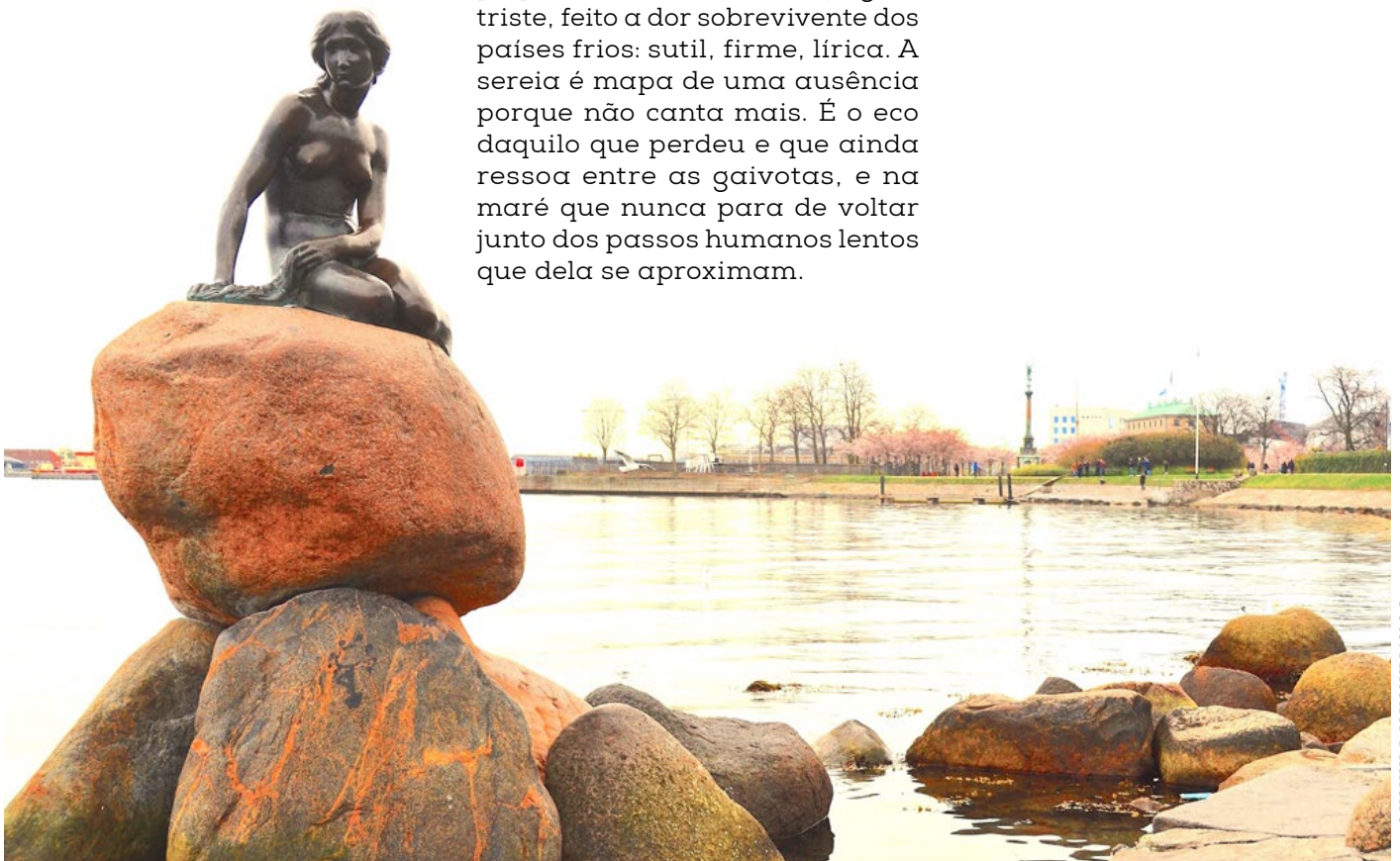


Foto: Antenor Pinheiro



CINCO MOTIVOS PARA VOCÊ SE IMPORTAR COM JUSTIÇA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Henrique Martins



Foto: Reprodução



Desde o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, a ideia de justiça tributária deixou de ser um tema técnico restrito ao Ministério da Fazenda e passou a fazer parte do cotidiano do governo como objetivo a ser cumprido. O brasileiro que paga imposto no contracheque ou no supermercado passou a ouvir mais sobre o assunto e agora tem mais motivos para se manter informado: o governo federal quer corrigir uma injustiça histórica.

O QUE ESTÁ EM JOGO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária, aprovada em 2023 e atualmente em fase de regulamentação, é considerada a mais abrangente das últimas décadas. Seu objetivo é simplificar o sistema, unificar impostos sobre o consumo, corrigir distorções que penalizam os mais pobres e tornar a cobrança mais eficiente.

Ao mesmo tempo, ela propõe mudanças na tributação da renda e do patrimônio, elementos centrais da chamada justiça tributária.

Desde o início do mandato, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem liderado o esforço para aprovar medidas que enfrentam resistências de setores privilegiados e do Congresso Nacional.

O governo Lula busca equilibrar justiça social com responsabilidade fiscal, propondo uma nova lógica de arrecadação que distribua melhor os impostos, sem aumentar a carga total, e que ajude a financiar políticas públicas essenciais.

A seguir, veja cinco razões pelas quais o tema importa diretamente para a sua vida:

1. Quem ganha menos pode parar de pagar imposto de renda

A proposta eleva a faixa de isenção do IR para até R\$ 5 mil por mês, o que beneficia trabalhadores de baixa e média renda. Para compensar, lucros e rendimentos de capital passam a ser mais tributados. É uma correção esperada há anos, que alivia o contracheque de quem ganha pouco e dá mais equilíbrio à carga tributária.

2. Os super-ricos começam a pagar o que nunca pagaram

Hoje, quem vive de lucros e dividendos paga menos imposto do que quem vive de salário. O governo já aprovou a taxação de fundos exclusivos e offshores e estuda novas formas de contribuição para grandes fortunas. A meta é clara: corrigir distorções históricas sem pesar ainda mais sobre a classe média.

3. O sistema vai ficar mais simples e menos injusto

A reforma tributária aprovada em 2023 criou o modelo do IVA dual, que unifica impostos como ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins. A cobrança será automática, o que reduz burocracia, combate fraudes e facilita a vida de empresas e consumidores.

4. Ninguém vai pagar mais do que pode

A ideia de justiça tributária vem acompanhada da neutralidade fiscal, ou seja, a carga total de impostos não será aumentada. O que muda é a distribuição do peso: quem paga muito, segue pagando, mas de forma equilibrada. Quem quase não paga, mas pode contribuir, passará a fazê-lo gradualmente, respeitando as diferenças regionais e sociais.

5. Mais justiça no bolso e nos serviços públicos

O foco das mudanças não é só arrecadar: é financiar políticas públicas com mais equidade. Saúde, educação, segurança alimentar e combate à fome estão entre os destinos centrais dos recursos que virão de uma nova lógica tributária. No fim das contas, o cidadão ganha quando o Estado arrecada de forma mais justa e devolve em serviços de qualidade.

Henrique Martins – Jornalista.

Fonte: Revista Focus Brasil
www.fpabramo.org.br/focusbrasil/2025/07/01/cinco-motivos-para-voce-se-importar-com-justica-tributaria-no-brasil/



FETEC CUT
Centro Norte



O QUE É UM ESTADO PÁRIA?

Carol Proner

Há um consenso em torno da desvalorização do direito internacional como solução para os conflitos bélicos contemporâneos. O sistema internacional de proteção aos direitos humanos efetivamente não resolve os grandes impasses, mas tem muita serventia para enunciar os abusos na conduta de Estados e de indivíduos diante de um conflito armado.

Sem perder a perspectiva crítica ao direito internacional, que ressalva o uso instrumental pelos interesses geopolíticos, ao menos em temas humanitários o direito convencional em pactos e declarações se consolida para criar

limites considerados imperativos éticos, válidos em qualquer lugar e a qualquer tempo.

O direito possibilita tipificar condutas que violam especialmente as leis internacionais, constatando possíveis crimes de assassinato, tortura, tomada de reféns, uso de armas proibidas e ataque a civis e pessoas vulneráveis.

Algumas condutas são especialmente atrozes, caracterizadas pela sistematicidade e indistinção contra civis, mulheres e crianças. São os chamados “crimes de lesa-humanidade”, que vão além das vítimas diretas, ameaçando a humanidade como um todo.

Extermínio, transferência forçada de população, perseguição a grupos étnicos ou religiosos, desaparecimento forçado, apartheid e genocídio estão entre as condutas censuradas pelo Estatuto de Roma, documento que estabeleceu a competência do Tribunal Penal Internacional (TPI). Menciono o TPI, mas poderia citar a Corte Internacional de Justiça (CIJ), que é órgão constitutivo da ONU, e outros vários conselhos e instâncias universais e regionais designadas para julgar e condenar condutas que extrapolam os limites ético-humanitários.

É inegável que estes organismos têm limitações de neutralidade. Mas,

ainda que o funcionamento seja dificultado pela recusa de certos Estados em ratificar os compromissos ou pela usurpação de competências, as resoluções, quando alcançadas, normalmente são descritivas de condutas gravemente criminosas, servindo de métrica para, em tempos melhores, estabelecer algum nível de responsabilização em cada caso.

Nesse sentido, e sem apelo a qualquer universalismo abstrato, o direito ajuda a descrever aquilo que foi consenso na comunidade internacional e que consolidou padrões de elevado sentimento humano diante da barbárie. O sentimento de justo/injusto, mesmo diante de decisões precárias dos intérpretes e organismos decisórios, é o que move a indignação frente a condutas extremamente violentas e desumanas nos conflitos contemporâneos, com especial ênfase no que ocorre em Gaza.

O genocídio em curso tem um sentido que vai além do território da Faixa de Gaza. Este é um exemplo muito evidente de alcance do que seja “lesa-humanidade”, crimes que ameaçam a humanidade como um todo, censuráveis em qualquer sistema de justiça e em qualquer tempo histórico, além de imprescritíveis.

Também por isso nos emocionam especialmente, pois seria inimagi-

nável pensar que chefes militares e governantes, cientes das obrigações imperativas e conhecedores dos horrores das grandes guerras, repetiriam as atrocidades do passado.

Em julho de 2025, momento em que este artigo é escrito, mais 600 mil pessoas deixaram de existir em razão da resposta de Israel ao ataque do Hamas de 7 de outubro de 2023. A Corte Internacional de Justiça (CIJ) investiga a aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza, instando o governo a suspender imediatamente a ofensiva militar contra o povo palestino.

O Tribunal Penal Internacional (TPI) solicitou, em decisão preventiva, a emissão de mandados de detenção não só para o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, e o seu ministro da Defesa, Yoav Gallant, mas também para dirigentes do Hamas possivelmente mortos.

Nesse mesmo sentido, as principais instâncias internacionais de proteção aos direitos humanos vêm se manifestando contra o genocídio, assim como o Secretário-geral da ONU e os grandes líderes políticos do mundo.

A perversidade em alvejar uma população famélica e em estado de fuga permanente tem motivado

manifestações de repúdio nas principais capitais do mundo, bem como declarações de centros acadêmicos que, com frequência, comparam o horror e a iniquidade às mortes provocadas pelo nazismo durante a Segunda Guerra Mundial.

É nesse ambiente de debate que tem sido discutida a condição de Estado pária, também chamado de pária internacional ou pária global. Israel tem sido designado, nos círculos de política internacional, como uma nação cuja conduta é considerada fora das normas internacionais e, como tal, merece ser sancionada.

O curioso é que a condição de pária internacional surge como fruto do autoisolamento. O governo de Israel se recusa a cumprir minimamente as recomendações humanitárias e estabelece um confronto explícito com as autoridades da ONU. A condição de pária, nesse sentido, passa a ser construída por Israel como uma espécie de autopunição, já que necessariamente cobrará um preço no futuro.



Carol Proner – Doutora em Direito. Professora da UFRJ. Diretora do Instituto Joaquín Herrera Flores – IJHF.

Fonte: <https://www.brasil247.com/blog/o-que-e-um-estado-paria>



Foto: RS/via Fotos Públicas

AMAZÔNIA, RIOS VOADORES E A INTERDEPENDÊNCIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA EM RISCO COM O PL 2159/2021

____ Marcos Woortmann, Dulce Maria Pereira, Luciane Moessa, Sérgio Augusto Ribeiro



Imagem: HunterProducciones/Pixabay/ Reprodução



O Congresso Nacional está em vias de aprovar o PL 2159/2021, que desmonta o sistema de licenciamento ambiental brasileiro. Como apontado pelo Ministério Público Federal, o Observatório do Clima, e o Ministério do Meio Ambiente, o texto é inconstitucional e acarretará graves riscos de judicialização dos processos que, em tese, buscaria simplificar. Mas este é o menor dos problemas.

Caso seja sancionado na forma atual, os impactos deste PL para a integridade dos biomas brasileiros, em especial a Amazônia, poderá impactar de maneira irreversível a estabilidade hídrica, a formação de chuvas e a preservação de rios e mananciais que abastecem todo o Brasil e grande parte da América do Sul, com consequências climáticas, diplomáticas e econômicas graves, no ano que o país sediará a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

Apelidado como “PL da Devastação”, o projeto dispensa Estudos de Impacto Ambiental (EIA) para uma série de empreendimentos com reconhecido risco, e faculta a licença por autodeclaração empresarial, ou Licença por Adesão e Compromisso (LAC), ignorando impactos socioambientais cumulativos que poderão agravar danos a locais já impactados. Tal previsão viola os princípios constitucionais e da jurisprudência ambiental, de precaução e prevenção.

Áreas de recarga hídrica, zonas úmidas e matas ciliares estarão sujeitas a ainda maior degradação, o que comprometerá o equilíbrio dos sistemas fluviais e hidrológicos não apenas do Brasil, mas de grande parte do continente sul-americano. Desastres ambientais recentes, como as inundações no Rio Grande do Sul e a seca extrema na Amazônia em 2024, são a face visível de uma crise ambiental que avança ano a ano com o desmatamento.

A aprovação pelo Congresso do PL 2.159/2021 facilitará a repetição de cada vez mais desastres como estes, e o mais grave: aproximará

o Brasil de maneira irreversível do ponto de não retorno da Amazônia, algo que tem sido avisado há anos pela mais rigorosa ciência climática mundial. Tal cenário poderá acarretar danos irreparáveis para os sistemas climáticos e hidrológicos não apenas do Brasil, mas de toda a América do Sul.

Jacques Cousteau, oceanógrafo e ambientalista francês, que entre 1982 e 1984 conduziu a maior expedição científica até então à Amazônia, costumava dizer que o ciclo da água e o ciclo da vida são os mesmos, e que “as artérias de água doce da Terra desempenham um papel crucial na saúde do mar. (...) na Amazônia, avaliamos um ambiente dominado por água doce, onde a invasão humana está começando a alterar a delicada teia da vida”. Essa é a teia que hoje está ameaçada pelas decisões do Congresso Nacional.

Os chamados “rios voadores”, correntes atmosféricas de vapor d’água geradas pela evapotranspiração das árvores amazônicas, desempenham papel central no ciclo de chuvas em toda a América do Sul. Estima-se que a Amazônia bombeie cerca de 20 bilhões de toneladas de água por dia para a atmosfera, um volume que supera em 3 bilhões de toneladas tudo o que o rio Amazonas descarrega no Atlântico.

Segundo o climatologista brasileiro Carlos Nobre, “essas veias de umidade são responsáveis por grande parte da estabilidade hídrica não apenas na bacia amazônica, mas também em regiões tão distantes quanto o Sul do Brasil e o Cone Sul”.

Estudos de universidades brasileiras em parceria com a Agência Aeroespacial dos Estados Unidos (NASA) indicam que mais de 30% de toda a chuva que cai na Mata Atlântica tem origem nos rios voadores da Amazônia, que abastecem de água algumas das regiões com maior densidade populacional até no Sudeste do país. Até mesmo estados distantes, como o Paraná, recebem 26,4% de sua precipitação anual diretamente dos rios voadores amazônicos.

A despeito da pujança de suas águas, contudo, em 2024 a Amazônia brasileira registrou uma redução de 3,6% na superfície ocupada por rios e lagos em relação à média histórica de 1985 a 2023.

Esse declínio, que durou 7 meses, afetou 63% das sub-bacias que compõem o bioma, e foi causado em função de secas prolongadas, desmatamento e padrões climáticos extremos, conforme relatório do MapBiomas Água. Medições do Porto de Manaus e da Organização Meteorológica Mundial apontaram que, em outubro de 2024, o nível do Rio Negro atingiu seu menor patamar em 112 anos de registros.

No bioma Cerrado, a influência dos rios atmosféricos é igualmente crítica: pesquisas do Instituto Serrapilheira mostram que até 30% da chuva que sustenta as áreas de produção agropecuária do Planalto Central provém da umidade originada em terras indígenas amazônicas. Contudo, a conjunção do desmatamento com secas prolongadas no Cerrado reduziram em até 50% os dias de chuva em certas regiões, agravando a escassez de água e a vulnerabilidade do agronegócio. Em 2023 e 2024 apenas, este bioma registrou um decréscimo de 28,8% na superfície de água natural (rios, lagoas e brejos) em relação à média histórica entre 1985 e 2024.

Isso representa uma perda de aproximadamente 1,85 milhão de hectares de superfície de água, área equivalente à soma das regiões metropolitanas de São Paulo, João Pessoa, Salvador, Vitória e Campinas. Um estudo da Agência Nacional de Águas revelou que 55,4% dos poços monitorados no Planalto Central apresentavam níveis freáticos abaixo dos leitos fluviais próximos, indicando esgotamento gradual dos aquíferos e risco de desertificação.

Por fim, no Pantanal, maior sistema úmido continental do planeta, a queda foi de 61% da área alagada no período entre 1985 e 2023, passando de 6,8 milhões de hectares (1988) para apenas 3,3 milhões

de hectares em 2023 – motivada pelo represamento de afluentes, queimadas e expansão agrícola.

Na América do Sul, as “veias de umidade” amazônicas atravessam nove países: Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Equador, Paraguai, Argentina, até o Uruguai, formando um “sistema circulatório” de vapor, rios, lagos, nascentes e áreas úmidas. O fluxo principal de umidade que parte da Bacia Amazônica segue em direção sudoeste e, ao encontrar os Andes, bifurca-se, com parte contornando as montanhas rumo ao sul do Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, enquanto a outra vertente abastece o oeste da Bolívia e do Peru.

Neste sistema hidrológico transnacional, 30 a 50% da chuva da bacia do Prata, que congrega os rios Paraná, Paraguai, e Uruguai, tem origem na evapotranspiração amazônica³, e 50% do vapor que alimenta essa região atravessa fronteiras, saindo do Brasil e entrando no Paraguai e na Argentina, com fluxos que podem exceder 10 bilhões de toneladas de água por dia na estação chuvosa. Além disso, entre 27% e 45 % da precipitação no sudoeste da Bolívia e leste do Peru advêm desse transporte atmosférico.

Na Região Sul do Brasil e no norte da Argentina, essa umidade florestal reduz em até 20% a severidade das secas extremas.

Tais números ressaltam o óbvio: tanto os serviços ambientais dos biomas brasileiros, como o desmatamento e a degradação destes não afetam apenas o que está restrito ao Brasil. Logo, as consequências da aprovação do PL 2159/2021 pelo Congresso Nacional não afetarão apenas os biomas, a economia e a população brasileira, mas colocarão em risco a segurança hídrica de países vizinhos, afetando algo entre 45 e 50 milhões de pessoas no Peru, Bolívia, Paraguai, Uruguai e na região platina da Argentina. Todo o sistema hidrológico, as populações e economias serão irremediavelmente afetados.

Em primeiro lugar, local e cumulativamente, isso se dará pelo aumento

do desmatamento e queimadas oriundos da expansão sem licenciamento ambiental do agronegócio, que hoje – com o licenciamento vigente – já é o principal vetor de destruição de florestas e de poluição no Brasil. Em seguida, o processo tenderá a se agravar pela profusão de garimpos e novos empreendimentos industriais, minerários e energéticos de médio potencial poluidor, que não mais terão que remediar ou prevenir seus impactos ambientais, e cujo efeito conjunto será sentido pela população brasileira e dos países vizinhos. Contudo, tais impactos, já agravados pelas mudanças climáticas, serão ainda pequenos se comparados ao potencial disruptivo do colapso do sistema hidrológico amazônico. (...).

Hoje, a Amazônia brasileira já perdeu mais de 18% de sua vegetação original, e cerca de 17% adicionais encontram-se em estágio avançado de degradação (MapBiomass, 2023). Caso o Congresso Nacional aprove o PL 2159/2021, aumentando inexoravelmente o vetor de desmatamento em todos os biomas, o ponto de não retorno da Amazônia será atingido em poucos anos.

É importante entender a dimensão do que isso significa para o século que se abre, e para o continente sul-americano. Todas as relações hidrológicas acima ilustradas, da Amazônia aos Andes, do Rio Grande do Sul ao sul da Bahia, toda a região Sudeste e Centro-Oeste serão irremediavelmente afetadas pela redução drástica de chuvas, perda de nascentes, secas prolongadas, aumento do calor extremo e queimadas. O abastecimento de água para animais, a agricultura de exportação, a geração de energia hidrelétrica, e, claro, o abastecimento humano, em poucas décadas estarão na linha direta de impacto do que for decidido nas próximas semanas pelo Congresso Nacional.

Se o “ponto de não retorno” da Amazônia for cruzado, os modelos climáticos apontam para a degradação irreversível de 50 a 70% de toda a metade sul da Amazônia,

o que reduzirá a floresta a uma vegetação empobrecida, quente e sujeita a incêndios, do Atlântico aos Andes. No Brasil, especialmente nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre, esse processo, previsto para ocorrer em poucas décadas, poderá reduzir a evapotranspiração total da floresta em até 40%.

O colapso deste sistema continental, diretamente ameaçado pelo PL 2159/2021, significará reduzir de maneira irreversível entre 30% e 50% do vapor d’água que abastece nove países na América do Sul, o que poderá reduzir em um terço as chuvas na região do Prata, afetando a bacia hidrográfica que responde por quase 60% da energia hidrelétrica do país, onde está situada a segunda maior represa do mundo, a binacional Itaipu. Essa redução de chuvas poderá ampliar em até 60 dias o período crítico de seca na Região Sul do Brasil e norte da Argentina.

Por fim, a vazão média dos principais rios amazônicos poderá cair em até 20% até 2050, afetando outros 27% da geração de energia hidrelétrica do país, alterando deltas e estuários costeiros, e colocando em risco imediato a segurança hídrica, energética e alimentar de mais de 50 milhões de pessoas, entre brasileiros e nossos vizinhos.



Marcos Woortmann –

Diretor-Adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS).



Dulce Maria Pereira –

Professora Pesquisadora da UFOP e Presidenta do Instituto Democracia e Sustentabilidade.



Luciane Moessa –

Advogada. Diretora Executiva e Técnica da Associação Soluções Inclusivas Sustentáveis (SIS).



Sérgio Augusto Ribeiro –

Ambientalista. Diretor Executivo do Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT).

Fonte: Excerto de matéria publicada no *Le Monde Diplomatique Brasil*. Veja a íntegra da matéria em: www.diplomatique.org.br/edicao/edicao-216/

ANA MARIA GONÇALVES: PRIMEIRA MULHER NEGRA IMORTAL DA ABL

Foto: Tânia Régio/Agência Brasil



A escritora Ana Maria Gonçalves foi eleita, no dia 10 de julho, para a Cadeira nº 33 da Academia Brasileira de Letras (ABL). A autora, de 55 anos, consagrada pela obra *Um defeito de cor*, é a primeira mulher negra a integrar a ABL em 128 anos de existência e, do atual quadro de imortais, a mais jovem.

A eleição começou às 16 horas e contou com urnas eletrônicas cedidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Ana Maria Gonçalves recebeu 30 dos 31 votos possíveis. O outro voto

foi para Eliane Potiguara, uma mulher indígena.

"Escritora, roteirista e dramaturga, ela é autora do aclamado romance *"Um defeito de cor"*, vencedor do Prêmio Casa de las Américas (2007) e eleito como melhor livro de literatura brasileira do século XXI por júri da Folha de S. Paulo", descreveu a ABL em texto publicado em suas redes sociais.

Já considerado um clássico da literatura brasileira, *Um defeito de cor* conta a história de Ke-

hinde, uma mulher africana que atravessa o século 19 em busca de reencontrar o filho. O texto se debruça com profundidade sobre temas como escravidão, racismo, ancestralidade e resistência. Além do sucesso no meio literário, a obra inspirou o samba-enredo da escola de samba Portela no Carnaval de 2024 no Rio de Janeiro.
Fonte: www.agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2025-07/abl-elege-ana-maria-goncalves-primeira-mulher-negra-a-venir-imortal/

GREVE NA EDUCAÇÃO DO DF ARRANCA INÍCIO DA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

Em 24 dias de greve no Distrito Federal, a união e a força da categoria do magistério público fizeram com que o governo local, que não aceitava negociar, negociasse; que não queria efetuar nomeações nem realizar concurso público, firmasse esse compromisso; que não queria conceder nada a professores e orientadores educacionais, dobrasse os percentuais de titulação e desse início concreto à reestruturação da carreira do magistério público.

A mobilização também conseguiu arrancar do governo o direito a atestado médico de acompanhamento para professores substitutos: uma luta histórica do Sinpro-DF.

Não foi simples nem fácil. A greve de professores e orientadores educacionais foi judicializada pelo governo Ibaneis/Celina antes mesmo de começar. A multa de R\$ 1 milhão por dia de greve só foi reduzida após atuação insistente do Sinpro no Supremo Tribunal Federal. O GDF cortou ponto dos grevistas. Ações pacíficas foram rechaçadas com spray de pimenta e truculência da polícia militar.

E mesmo assim houve conquistas arrancadas em um processo árduo, tenso e hostil, mas também de muita unidade, resistência e responsabilidade, do início ao fim.

Avançamos, mas ainda há muito o que conquistar. A greve foi encerrada; nossa luta continua!



AVANÇOS DA GREVE



- ✓ Envio pelo GDF à CLDF do projeto de lei referente à progressão horizontal, dobrando percentuais de titulação, que passam a ser: 10% para especialistas, 20% para mestres e 30% para doutores;

HOJE

A PARTIR DE
01/2026

5%



ESPECIALIZAÇÃO

10%

10%



MESTRADO

20%

15%



DOUTORADO

30%

Uma novidade importante foi conquistada por este movimento de greve. O acordo que suspendeu a paralisação foi homologado junto ao Tribunal de Justiça do DF, tornando-se título judicial, ou seja, com força de lei: deve ser cumprido. A mesa de negociação também segue com a mediação do TJDF.

- ✓ Pelo menos 3 mil nomeações até dezembro/2025;
- ✓ Prorrogação do concurso que venceria em julho de 2025 para 27/07/2027;
- ✓ Realização de novo concurso público para o magistério, com previsão de publicação do edital no primeiro semestre de 2026;
- ✓ Direito a atestado de acompanhamento de cônjuge ou dependente em consulta de saúde ou exames para profissionais em regime de contratação temporária;
- ✓ Pagamento integral dos dias descontados, com folha suplementar lançada na mesma data ou um dia após o pagamento de julho;
- ✓ Recomposição do calendário escolar com reposição das aulas ainda no primeiro semestre, e recesso na primeira semana de agosto;
- ✓ Estabelecimento de mesa permanente de negociação para discutir a reestruturação da carreira;
- ✓ Compromisso firmado com a mediação do TJDF e homologado junto ao tribunal, tornando-se título judicial (com força de lei).



@SINPRODF



Filial:
CUT
CITE
DF

46
ANOS





BY MARCOS COLÓN / PISAR SUAVEMENTE NA TERRA ©

OS FUNERAIS DA MAMÃ GRANDE: RÕNÖRE AKRĀTIKATÊJÊ

José Bessa Freire

"Todo mundo imaginava que a Mamã Grande era imortal"

García Márquez. *Los funerales de la Mamá Grande*. 1962

O povo indígena Gavião da Montanha, mergulhado em profundo silêncio, chorou a morte, no último dia 20 de junho, aos 105 anos, da Mamã Grande, como era conhecida carinhosamente Rõnöre, a matriarca do povo Akrātikatêjê.

Sua neta, a cacica Kátia Gavião Tônkyre, me escreve, saudosa, contando a luta da avó guerreira contra os grandes empreendimentos privados e estatais, que invadiram seus territórios no sudeste do Pará e provocaram massacres e mortes.

A lembrança que logo me veio foi a do conto *"Los funerales de la Mamá Grande"* de Gabriel García Márquez, embora os perfis dessas duas figuras femininas, quase míticas, sejam antagônicos. Em comum, só mesmo o cognome adquirido por serem mulheres poderosas.

Mas enquanto o poder da personagem de ficção do escritor colombiano tinha origem na riqueza material, a nossa Mamã Grande de carne e osso tirava força da sabedoria, capacidade de liderança e solidariedade. Por

isso, os funerais das duas foram bem diferentes.

– Vovó Rõnöre passou a ser chamada de Mamã Grande por ter criado muitas crianças, cujos pais morreram na luta em defesa do território, completamente inundado pelo lago do reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – diz a cacica Kátia, que relembra a luta durante a ditadura empresarial-militar, na década de 1970, quando, após as mortes, foram deslocados compulsoriamente de seu território tradicional para a



Terra Indígena Mãe Maria, localizada no município de Bom Jesus do Tocantins (PA).

GUERRA QUÍMICA

O povo Akrätikatêjê-Gavião, identificado como Gavião da Montanha, se defendeu. Foi então, na resistência, que Mamã Grande se agigantou.

Casada com o cacique Rônöre, falecido precocemente, com ele teve três filhos: Matias, vítima da Covid, Zeca, ainda vivo, e Hôpyre Rônöre Jopikti Payaré (1951-2014), que se tornou cacique aos 10 anos de idade e com sua mãe liderou o enfrentamento com empresas privadas e com o Estado brasileiro, ao lado de Krohokrenhum, sobrinho pelo lado paterno.

Kátia conta que “uma empresa chegou até apelar para a guerra química, jogando sobre a aldeia veneno usado na guerra do Vietnã. Ocuparam militarmente nosso território, com armas apontadas para nossas cabeças. Durante todo o tempo no qual a população foi dizimada, Mamã Grande manteve sempre aceso o fogo da esperança e da união entre os sobreviventes”.

Inspirado no exemplo de Mamã Grande, seu filho Payaré, líder político e espiritual, se recusou a sair do território Akrätikatêjê, lá permanecendo até 1983. No final, acabaram indo para a T.I. Mãe Maria para não serem assassinados como os outros, depois da assinatura de um acordo com a Eletronorte, mais tarde descumprido pela empresa. Lá, em Mãe Maria, recriaram lago e praia, desenvolveram as roças e a piscicultura em tanques de peixes, implantaram sistema agroflorestal e coletaram castanhas.

Durante esse processo, Payaré criou, em 1992, a escola indígena dentro da aldeia. No final de março de 2014, aos 63 anos, ele faleceu, após vencer a batalha judicial contra a Eletronorte. Embora não reconhecida formalmente como cacica pelos interlocutores militares e empresariais, “para nós

Mamã Grande foi essa pessoa de valor que inspirava a luta” – diz sua neta Kátia.

LÍNGUA PROIBIDA

Kátia continua ressaltando o caráter de educadora de sua avó:

– O legado que deixou nos fortalece. Ela ensinou os jovens a cantar, a valorizar a identidade, a língua, a cultura, a recusar alimentos processados, que começaram a penetrar nas aldeias com aditivos químicos, gorduras ou agrotóxicos.

Orientou a alimentação com produtos saudáveis que a terra nos oferece: macaxeira, abóbora, batata, amendoim, banana, mamão, castanha, uxi, pequi essas frutas da natureza, indicando as formas de preparar e consumir. Foi uma educadora no sentido mais profundo do termo.

Ligada visceralmente à natureza, sabia tudo sobre plantas e animais – diz a cacica Kátia, que destaca as recomendações da Mamã Grande sobre “o cuidado com o corpo e com a mente, necessário para viver com qualidade até na

velhice e poder continuar combatendo em várias frentes de luta:

– “Diziam que a terra não era nossa. Proibiram o uso da nossa língua, que pertence à família linguística Timbira, do tronco Macro-Jê. O Cartório não aceitava registrar a gente com o nome sagrado Akrätikatêjê, alegando que não era nome cristão. Aí colocavam outro nome que eles queriam”.

Tônkyre Akrätikatêjê, registrada como Kátia Silene da Costa Valdenilson, descreve o papel da sua avó na defesa da cultura:

– Mamã Grande conhecia a língua, os cânticos, as histórias, os rituais, sabia classificar plantas e animais, daí ser reverenciada pelo povo Akrätikatêjê-Gavião da Montanha, na bacia do Tocantins, compartilhada com os Parkatêjê, próximo à foz, e os Kyikatêjê na parte mais acima do rio.

Esses saberes foram reconhecidos pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), com sede em Marabá, que já havia iniciado o processo para lhe conceder o título de doutora por notório saber, retardado pela burocracia.



Foto: TaQuiPraTi



Fotos: TaQuiPraTi

O FUNERAL DE RÔNÖRE

Kátia informa que, com a expulsão do território original, *Mamã Grande* e seu povo sofreram, mas continuam até hoje procurando justiça por não se conformarem com o tipo de reparação concedido pela Eletronorte:

– “A empresa ofereceu R\$23 milhões em troca da terra, mas meu pai disse que não queria dinheiro, o dinheiro acaba, gasta, mas a terra não. O dinheiro nos divide, a terra nos une. Por isso, a que a gente quer é o nosso território, onde estão sepultados nossos mortos. O território garante a união, a cultura, a resistência, as festas e os alimentos tradicionais, por isso vale mais do que qualquer dinheiro ou oferta do capitalismo”.

A neta diz que sua avó vai “sempre estar viva, ao lado de Payaré e de Krohokrenhum, que partiram para o outro lado, mas continuam presentes em nossa memória, sempre nos dando força. Quando a gente fica sem saber o que fazer, a gente pede ajuda pra eles, pede orientação, a gente crê que onde eles estão, olham por nós”.

Mamã Grande receava a extinção dos povos Gavião da Terra Indígena Mãe Maria e recomen-

dava a união de casais, indígena com indígena, para procriarem e não deixar a população diminuir.

Kátia seguiu o conselho: teve 8 filhos, 23 netos e 2 bisnetos. “Os velhos seguraram o nosso

território – ela disse – agora temos de entregá-lo para as outras gerações. Hidrovia, barragens, duplicação da estrada BR-220, dois linhões de energia, uma ferrovia barulhenta da Vale, a





gente fica meio sem chão com a morte da nossa avó”.

Lúcida até o último suspiro, *Mamã Grande* faleceu quando chegou a hora de sua partida, porque precisava descansar. A gente se conforma com a decisão lá do Alto, ela agora está nas mãos de Deus”.

No sábado, 21 de junho, muito vento, muita chuva o dia inteiro fertilizando a terra durante o sepultamento, ao qual compareceram filho, sobrinhos, netos, bisnetos, tataranetos, filhos de criação, todos os parentes e os amigos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vindos de Marabá.

Os pastores celebraram um culto – a gente respeita todas as religiões. Minhas filhas e netas cantaram na nossa língua.

SENTADA NO TAMBORETE

Ah, já ia me esquecendo de *Maria del Rosário Castañeda y Montero* falecida aos 92 anos. García Márquez diz que a *Mamá Grande* do seu conto foi sepultada também debaixo de chuvinha fina, mas com pompa e ostentação. Seu corpo foi embalsamado. Sinos de todas as igrejas tocaram durante nove dias do luto oficial.

Compareceram o presidente da República, ministros, banqueiros, donos de fábricas e do comércio, generais, deputados, senadores e até o papa veio de Roma para reverenciar o poder da defunta. O Poder estava presente.

No final, o autor convida os “incrédulos do mundo inteiro a sentarem em um tamborete na porta de casa para ouvirem a história verídica da matrona mais rica e poderosa do mundo”, informando que o tabelião levou várias dias sem parar, listando as riquezas que ela deixou de herança acumulada com a exploração do trabalho de camponeses pobres.

Pedi emprestado o tamborete de García Márquez para contar aqui a história da nossa *Mamã*



Foto: TaQuiPraTi

Grande Rõnõre, que hoje já faz parte da memória dos povos do Tocantins. E agora, para finalizar, peço emprestado os versos de Eliane Potiguara, autora de “Tocantins de Sangue”, que faz parte do livro “Metade cara, metade máscara (2004) e que pode muito bem ser dedicado à nossa *Mamã Grande*:

*“Há vida nesta flor / Há vida
nesta vida
Tão guerreira / Desprendida”.*

No mesmo livro, Eliane aborda no poema “*Neste século de dor*” a dor sofrida da mulher indígena, oprimida pelo colonizador e pela colonialidade. Descreve a situação de “*ser fêmea na dor, espoliada na condição de mulher*”.

Agora, Eliane Potiguara é candidata à cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras, em eleição que ocorrerá no dia 10 de julho. Se a ABL reconhecer a obra de uma extraordinária escritora,

Eliane, de 74 anos, será eleita. Com os aplausos lá de cima de *Mamã Grande Rõnõre*.

E aqui na terra, entre outras, da atriz Glória Pires que manifestou nas redes sociais seu apoio à “primeira escritora indígena do Brasil, uma das vozes mais importantes na defesa dos direitos dos povos originários e na valorização da literatura indígena, cuja candidatura personifica a diversidade e a reparação histórica no Brasil”.



José Bessa Freire – Escritor. Indigenista. Conselheiro da Revista Xapuri. Administrador e Cronista do blog <https://taquiprati.com.br/>, onde esta crônica foi publicada originalmente, em julho de 2025.



6 DE AGOSTO DIA NACIONAL DOS/AS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

ATO NACIONAL - 10H

PELA APROVAÇÃO DO PISO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
(PL 2531/21) E A VALORIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS EM
FRETE AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EM BRASÍLIA.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

DILMA VISIONÁRIA: ESTOCAR VENTO É PRECISO

— Zezé Weiss

Em 2015, durante seu discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a então presidenta Dilma Rousseff sugeriu que era preciso desenvolver tecnologias para “estocar vento”. Foi ridicularizada pela mídia nacional. Sua fala virou meme na época e é, até hoje, motivo de piadas nas redes sociais.

Hoje presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento, o Banco dos Brics, em seu discurso durante a reunião dos Brics no Rio de Janeiro, no dia 5 de julho, Dilma

reiterou a importância de “estocar vento”, que, segundo ela, provou ser uma das principais áreas do setor de energia.

“No passado, lembro que disse que tinha que armazenar vento e sol. Toda a imprensa brasileira achou que isso era uma ignorância. Pois muito bem. Saibam que essa é uma das áreas mais importantes para resolver problemas como o que ocorreu em Portugal e na Espanha”, afirmou Dilma.

A ex-presidenta do Brasil e presidenta do banco dos Brics

refere-se ao apagão que atingiu os dois países europeus em 28 de abril de 2025. Ambos, principalmente a Espanha, usam muita energia solar e eólica, e o sistema teve uma disrupção abrupta.

Fez-se a correção da História: Dilma não era burra nem estava maluca, como se afirmou à época. Dilma, visionária, estava certa.



Zezé Weiss - Jornalista. Editora da Revista Xapuri.

6 DE AGOSTO: ATO NACIONAL PELA APROVAÇÃO DO PISO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (PL 2531/2021)

No dia 6 de agosto de 2025, educadoras e educadores de todo o Brasil vão ocupar Brasília para exigir respeito e valorização profissional. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) convoca um grande Ato Nacional, às 10h, em frente ao Ministério da Educação, pela aprovação do Projeto de Lei 2531/21, que institui o piso salarial dos profissionais da educação.

A CNTE e suas entidades filiadas convocam todas e todos a somar forças nesta mobilização histórica. Vamos gritar, juntos(as):

Não vendam a nossa escola! e Com educador concursado, a escola vai longe!

6 DE AGOSTO  DIA NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

CNTE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
® www.cnte.org.br

Brasil

Filiada à
CUT BRASIL


Internacional
da Educação


CEA


CPLP-SE
Central Union of Public Employees


FNPE
Fórum Nacional Popular de Educação





XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VEN COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**^{,00}
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**^{,00}
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

